
ATA Nº. 19

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO
ENTRONCAMENTO, REALIZADA EM
30-11-2016**

Aos trinta dias do mês de novembro do ano dois mil e dezasseis, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal, sob a Presidência do Senhor **João António de Matos Lérias**, Presidente da Assembleia Municipal, secretariado pela Senhora **Célia de Jesus Nunes Leal Agostinho** e pela Senhora **Lúcia Dias Abelha**, primeira e segunda Secretárias respetivamente. -----

Além daqueles que constituem a Mesa, estiveram ainda presentes os seguintes membros: -----

Em representação do **Partido Socialista**: -----

Maria Fernanda Pires Fialho Marques Alves, Sara Paula Caetano Domingos, António Manuel dos Santos Rodrigues, Manuel António Simões Martins e José Francisco de Matos Rodrigues Leote. -----

Em representação do **Partido Social Democrata**: -----

José Miguel Filipe Baptista, Kelly Patrícia Rodrigues Carvalho da Silva, Rui Vítor Pires Bragança, João Sebastião Coutinho Lima Canaverde e Fernanda Maria Figueiredo Rodrigues Rolo. -----

Em representação do **Bloco de Esquerda**: -----

Carla Sofia Roma de Oliveira e Marco Filipe Sá Geração e Maria de Fátima Viera Figueira Roldão. -----

Em representação da **Coligação Democrática Unitária**: -----

Telma Cristina Antunes Jorge e António Silvino Costa Ferreira. -----

Em representação do **Centro Democrático Social-Partido Popular**: -----

Pedro Miguel Faria Gonçalves. -----

Na qualidade de **Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista** o Senhor: -----

Rui Cardoso Maurício. -----

Na qualidade de **Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima** o Senhor: -----

Ezequiel Soares Estrada. -----

Estiveram presentes pela **Câmara Municipal**, o Senhor Presidente Jorge Manuel Alves de Faria e os Vereadores, Ilda Maria Pinto Rodrigues Joaquim, Carlos Manuel Pires Rei Amaro, José David da Silva Ribeiro, Maria Isilda Videira Nogueira da Silva Aguincha e Luís Filipe Dias Grácio. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia** declarou aberta a sessão quando eram vinte e uma horas e cinco minutos, tendo dado posse aos elementos convocados para substituir os deputados que apresentaram suspensão do mandato por período inferior a trinta dias, respetivamente. -----

Deu posse a Fernanda Maria de Matos Lopes, que substitui Mário André Balsa Gonçalves, do Partido Socialista. -----

Deu posse a Mário de Matos Rodrigues, que substituiu Marisa Sofia Cordeiro Parreira, da Coligação Democrática Unitária. -----

Verificada a conformidade formal do processo eleitoral com a identidade dos eleitos e após a leitura das respetivas atas avulsas de instalação e do respetivo juramento

por parte dos novos membros, o senhor **Presidente da Assembleia** declarou-os investidos nas funções. -----

Continuando o senhor **Presidente da Assembleia** referiu: “Chegaram à assembleia para serem apreciados neste período, já fora do prazo regulamentado das 48 horas, dois votos. No dia de ontem chegou um voto de pesar pela morte de Fidel Castro, apresentado pela CDU. Durante esta assembleia foi apresentado uma proposta de atribuição de voto público de reconhecimento pelos serviços realizados na atribuição de mérito municipal ao Pedro Dionísio e à TVE, pela produção do videoclip “A Máquina”, apresentado pelo PSD. -----

Temos um voto de pesar e um voto público de reconhecimento, a mesa não pode receber estes documentos uma vez que foram apresentados fora do prazo regulamentado, no entanto, como tem sido prática coloco à consideração do plenário se deseja apreciar e votar estes documentos. -----

Colocados à votação, foram os mesmos admitidos, por unanimidade para apreciação e votação. -----

Seguidamente **Telma Jorge** procedeu à leitura do Voto de Pesar. -----

VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE FIDEL CASTRO

No passado dia 25 de novembro, aos 90 anos de idade, faleceu Fidel Castro, dirigente histórico da revolução cubana, que exerceu funções como Primeiro-ministro e como Presidente do Conselho de Estado e de Ministros da República de Cuba até 2008 e como Primeiro Secretário do Partido Comunista de Cuba até 2011. -----

Para além de naturais diferenças de opinião que possam existir quanto às suas convicções ideológicas, Fidel Castro foi uma personalidade cuja dimensão foi universalmente reconhecida não apenas pelos que partilham do seu ideal e projeto de construção de uma sociedade mais justa e solidária, mas também pelos mais diversos estadistas e dirigentes ao nível mundial. -----

Fidel Castro consagrou a sua vida aos ideais do progresso social e da paz, dirigindo a luta que pôs fim à ditadura de Fulgêncio Batista em Cuba, em 1959, e mobilizando o povo cubano na construção de uma sociedade socialista, tendo enfrentado, desde 1962, o bloqueio económico, financeiro e comercial imposto pelos EUA ao seu país. -----

Enquanto dirigente e estadista, Fidel Castro tornou-se uma referência incontornável para os povos da América Latina e outros povos do mundo, sendo uma das personalidades marcantes da história das últimas décadas. -----

Fidel Castro foi um amigo do povo português, tendo-se empenhado no desenvolvimento das relações de cooperação e amizade entre Cuba e Portugal. A sua participação na Cimeira Ibero-americana realizada no Porto em 1998 foi uma expressão significativa dos laços de amizade e solidariedade que mantinha com o povo português. -----

Neste momento de emoção para o povo cubano, Assembleia Municipal do Entroncamento, reunida em 30 de novembro de 2016, manifesta à Assembleia Nacional da República de Cuba e ao povo cubano, sentidos pésames pelo falecimento de Fidel Castro. -----

Pedi a palavra **Pedro Gonçalves**: “Vi aqui ser votada contra uma proposta por parte da CDU, de invocar o fundador do nosso concelho, José Duarte Coelho, tendo sido atribuído por parte da CDU uma coligação com o antigo regime e sido acusado de ter sido uma pessoa que denunciava outras pessoas para serem entregues ao antigo regime.

Aqui a CDU vai um pouco mais além, vai ao ponto de dizer que Fidel era um homem que procurava a paz, quantas pessoas morreram por serem contra ele, deitou abaixo uma ditadura repondo outra ditadura, que levou ao empobrecimento ainda maior do povo cubano e onde mais de 15 mil pessoas foram fuziladas pelas ordens dele. -----

Estas vidas falam mais alto do que qualquer outro voto de pesar que se possa aqui aprovar. -----

O CDS não pode esquecer estas vidas e nesse sentido votaremos contra este voto." -----

Prosseguiu **Fernanda Alves**: "Confesso que relativamente a este voto de pesar pela morte de Fidel Castro e por termos tido pouco tempo para analisar, confesso que temos alguma dificuldade em votar o voto de pesar por alguém que defendia os valores que Fidel Castro defendia, terá tido a sua importância histórica política obviamente, poderíamos estar aqui a noite inteira a discutir sobre as atitudes desta figura pública, mas, uma pessoa que punha os seus interesses pessoais à frente dos interesses do povo, ele era conhecido pelos seus confortos capitalistas. -----

Uma pessoa que põe em causa a liberdade de um povo fazendo sofrer esse povo, eu não acredito que sem liberdade as pessoas possam ser felizes de governar as suas vidas à sua maneira e, portanto, é-me algo difícil, um povo que passou pela austeridade à custa do controlo desta figura política. -----

De qualquer forma, considerando a sua importância política, não concordando com muitas das suas atitudes, a bancada do Partido Socialista vai-se abster." -----

Intervieio **José Baptista**: "Cingindo-me ao voto apresentado pela CDU, a bancada do Partido Social Democrata, como é sabido, tem uma decisão clara a tomar. –

Não se fazem votos de pesar quando falamos de ditadores, sejam eles fascistas, sejam eles de qualquer outro tipo de regime ditatorial. -----

Para quem conhece a realidade do povo cubano e para quem sabe o que se passou durante muitos anos naquelas terras, é muito difícil conseguir aprovar, ou defender um voto, em que se defende uma pessoa que infligiu a morte a dezenas de milhares de cidadãos, em que colocou em processo de ditadura política muitos milhares de cidadãos e em que ainda hoje esse povo vive alheado do resto do mundo, quer aqueles que lá estão dentro, quer aqueles que saíram e que não podem mais voltar e juntar as suas famílias. -----

Portanto, acho que mais do que qualquer outro quadro que possa aqui dizer, vou querer a declaração de voto que vamos entregar para a ata e será esta a nossa intervenção: --

DECLARAÇÃO DE VOTO -----

"A Assembleia Municipal discute hoje por iniciativa da CDU um voto de pesar pela morte de Fidel Castro, os membros da bancada do PSD nesta assembleia municipal não negam a presença do ex-líder cubano na história do séc. XX, nem a necessidade de aprofundamento das relações entre Portugal e Cuba. -----

No entanto, os eleitos locais do PSD não podem pactuar com branqueamento da faceta de ditador de Fidel Castro, não podem esquecer as constantes violações dos direitos humanos, a inexistência de liberdade de imprensa, as perseguições aos seus opositores, a existência de presos políticos em Cuba, o desaparecimento e assassinato de diversos ativistas pela democracia e liberdade em Cuba, bem como os fuzilamentos de cubanos que tentaram fugir para os Estados Unidos.-----

Em nome do princípio da dignidade humana, os eleitos do PSD lamentam a morte de qualquer ser humano, seja qual for a sua orientação política, ideológica ou religiosa, jamais votariam contra o pesar pela morte de alguém, mas não podem estar de acordo quando os votos de pesar procuram branquear alguém que foi um ditador, que violou os direitos humanos e que não permitiu a democracia e liberdade do seu povo."-----

Continuou **Marco Geração**: “A bancada do Bloco transmite também o pesar por causa do sere humano Fidel Castro ter morrido. -----

Também reconheço que Fidel Castro foi uma figura importante no seu tempo, um tempo muito conturbado, não nos esqueçamos que se tratava da guerra fria em que havia dois blocos que se de gladiavam e que tentavam ganhar a dominância mundial. ---

Este voto de pesar que a CDU apresenta aqui é uma parte da história, não nos podemos esquecer a parte de história de um regime que atropelou as liberdades e que matou a sua própria população em nome de um ideal que achava que era maior do que todos. -----

Fidel Castro seguiu uma utopia naquela altura, mas esqueceu-se que havia uma coisa chamada revolução continuada, ao contrário de outros revolucionários como o Che Guevara, Fidel Castro ficou-se por ali, derrubou uma ditadura e instaurou uma ditadura e viveu e fez viver o seu povo sobre uma ditadura. -----

Perante todos estes factos, vamo-nos abster neste voto de pesar”. -----

Referiu **António Ferreira**: “Em relação ao empobrecimento do povo cubano, acho que deviam ver todos os povos que vivem à volta da ilha de Cuba, a situação económica em que eles vivem, retirando os Estados Unidos. -----

Em relação aos indicadores, tanto na educação, como na saúde, nas ciências, nós somos um país desenvolvido, eles são considerados um país em vias de desenvolvimento e os nossos indicadores, muitos deles estão abaixo daquilo que tem o povo cubano, apesar daquilo que foi as últimas dezenas de anos, com o embargo económico dos Estados Unidos e mesmo depois do desaparecimento do sistema socialista, que lhes dava algum apoio, eles mantiveram mesmo assim com a participação e apoio da população, mantiveram aquilo que conquistaram com a revolução. -----

Não é o modelo do Partido Comunista Português aquilo que está em Cuba, o nosso modelo é uma democracia avançada para o século XXI, na reconquista da nossa independência nacional baseada naquilo que é a nossa Constituição Portuguesa. -----

Em termos de Partidos Comunistas, a Europa já teve dentro da União Europeia um Partido Comunista que é o AKEL e governou dentro desta União Europeia. -----

Em relação à democracia interna, é vergonhoso aquilo que se passa em Cuba mas em Guantánamo é o único campo de concentração em Cuba e não é cubano, é dos Estados Unidos em território ocupado, com gente concentrada naquele campo de concentração que nunca teve direito à justiça. -----

Em relação à democracia vejam o que se passa na União Europeia, em termos democráticos aquilo que se passa na Hungria atualmente, um país da União Europeia, vejam o que se passa e depois atirem pedras aos outros. -----

A situação que se vive em Cuba é uma situação da guerra em termos económicos, é um país que tenta sobreviver com os poucos meios que tem e com os poucos apoios que tem a nível internacional, mas soube-o fazer e isso não se faz sem o apoio da população.” -----

Manuel Martins referiu: “Estava com intenção de respeitar o voto da minha bancada e de me abster a este voto de pesar da morte de um ditador. -----

Porém, há coisas que custam ouvir, sou contra toda e qualquer tipo de ditadura, a única forma de uma ditadura acabar, é pela morte desse ditador, não desejo a morte de ninguém, mas se o fim desta ditadura acabar foi com a morte do Fidel Castro, acho muito bem e, portanto, vou ter que votar contra”. -----

Pedi a palavra **António Ferreira**: “A morte de Fidel Castro não vai acabar com aquilo que se passa em Cuba. -----

A democratização de Cuba, como os senhores se assim entendem, só é possível acabando com o bloqueio, porque contra a população de Cuba não vão conseguir fazer essa transição porque é o povo que está atrás.” -----

VOTAÇÃO DO VOTO DE PESAR

O Voto de Pesar apresentado pela Coligação Democrática Unitária, foi rejeitado por maioria, com dez votos contra, sendo quatro votos do Partido Socialista, cinco votos do Partido Social Democrata e um voto do Centro Democrático Social, três votos a favor da Coligação Democrática Unitária e dez abstenções, sendo cinco do Partido Socialista, três do Bloco de Esquerda e duas dos Presidentes das Juntas de Freguesia. ---

Seguidamente **José Baptista** procedeu à leitura do Voto Público de Reconhecimento: -----

Proposta de atribuição de voto público de reconhecimento pelos serviços realizados e atribuição da Medalha de Mérito Cultural do Município a Pedro Dionísio e à TVE – Televisão do Entroncamento, pela produção do videoclip “A Máquina”, em 20 de junho de 2016, para comemoração dos 25 anos da elevação do Entroncamento a Cidade. -----

A 30 de junho de 2016, na sessão ordinária da Assembleia Municipal do Entroncamento, a bancada do PSD propôs, conforme consta da ata n.º 17, no ponto cinco da ordem de trabalhos, que “o Município no dia 24 de novembro fizesse uma homenagem pública através de reconhecimento público ao Pedro Dionísio e à Televisão do Entroncamento, na pessoa de Vítor Ventura”. A presente distinção teve por base a realização e apresentação pública do videoclip “A máquina”, oferecido ao concelho a 20 de junho, no dia da comemoração dos seus 25 anos de elevação a cidade, e que se tornou num cartão-de-visita nas redes sociais, fruto de uma vontade dos próprios em colocarem um registo de qualidade à disposição de todos. -----

Face à inexistência de qualquer ato público realizado pela Câmara Municipal a 24 de novembro, como foi sugerido, nem qualquer outro tipo de agradecimento pela Autarquia, vem a Bancada do PSD propor a votação, neste Órgão, de um voto público de reconhecimento pelos serviços realizados e atribuição da Medalha de Mérito Cultural do Município pela realização do videoclip “A Máquina” a Pedro Dionísio e à TVE – Televisão do Entroncamento, produzido em junho de 2016, para comemoração dos 25 anos da elevação do Entroncamento a Cidade. -----

O videoclip e o tema musical revelam uma clara alusão ao concelho, às suas gentes e ao caminho-de-ferro. Na produção do tema musical, na sua versão acústica, estiveram envolvidos o coro da Associação Filarmónica e Cultural do Entroncamento, Pedro Dionísio (guitarras acústicas, baixo e voz), Ricardo Esteves (violino), Rui Almeida (piano e sintetizador), Telmo Lourenço (percussão) e Walter Alexandre (sampler). Na produção do vídeo associaram-se diversas Entidades da cidade, o que demonstra a vontade de abranger todos numa imagem coletiva da cidade, perceptível também na realização do logotipo humano. -----

Pedro Dionísio vive desde sempre no Entroncamento, cresceu na Cidade Ferroviária e a ela regressa todos os dias. Entusiasta das artes musicais, e amplamente reconhecido por toda a população, realizou até hoje centenas de espetáculos por todo o país, promoveu a Cidade levando o seu nome em cada composição. Em 2008 construiu o álbum “Cópia Legal”, com doze temas originais, entre os quais “A Máquina (1978)”, numa clara alusão à sua vida e à cidade do Entroncamento. Foi este tema que no ano de 2016 deu origem à versão acústica com música, letra e coprodução sua. -----

A “TVE – Televisão do Entroncamento” tem por objetivo a divulgação da atualidade, dos valores culturais, recreativos e desportivos do concelho do Entroncamento, em particular e região litoral e interior centro em geral, através de meios digitais disponíveis na Internet. A programação da “TVE – Televisão do Entroncamento” é orientada para a informação de carácter essencialmente local e regional, sem perder de vista a atualidade nacional e internacional, conforme consta do estatuto editorial. Foi criada em 2009 por Vítor Ventura, homem empenhado na vida da cidade e que sonhou com um projeto que tem o objetivo de ser um veículo de informação e entretenimento local no atual mercado competitivo do audiovisual. -----

Proposta: -----

A Assembleia Municipal do Entroncamento reunida em sessão ordinária a 30 de novembro de 2016 decidiu aprovar e publicitar, pelos meios habituais, sob proposta da bancada do Partido Social Democrata, um voto público de reconhecimento pelos serviços realizados e propor ao Executivo a atribuição da Medalha de Mérito Cultural do Município a Pedro Dionísio e à TVE – Televisão do Entroncamento, pela produção do videoclip “A Máquina” em 20 de junho de 2016, para comemoração dos 25 anos da elevação do Entroncamento a Cidade. -----

Continuando no uso da palavra referiu: “Caso o regulamento que foi aprovado aqui nesta assembleia, em que está incluído a medalha de mérito cultural, não esteja em vigor, nós queremos que sim, porque foi aqui aprovado, mas como não constava no site, caso não esteja, obviamente que é uma distinção do município e não se coloca esta questão.” -----

Pediu a palavra **Fernanda Alves**: “Temos aqui um contratempo, nós não tivemos tempo para analisar a proposta, pedímos cinco minutos de intervalo para analisarmos o documento.” -----

Interveio **António Ferreira**: “Acho que em cinco minutos não temos possibilidade de analisar o documento, propunha que fosse retirado e presente na próxima sessão da assembleia.” -----

Referiu **José Baptista**: “Estamos abertos a qualquer alteração que os senhores deputados entendam que deve ser feita.” -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal, interrompeu a sessão por cinco minutos, para as bancadas analisarem o documento. -----

Retomada a sessão, **Fernanda Alves** referiu: “A bancada do PS também está de acordo que este ponto seja retirado e presente na próxima sessão, porque efetivamente não tivemos tempo para analisar o documento.” -----

Seguramente que as mencionadas nesta proposta merecem todo o nosso apoio, merecem até muito mais, mas, de facto, precisamos de analisar porque foi entregue hoje e não tivemos tempo para discutir o assunto.” -----

Referiu o senhor **Presidente da Assembleia**: ”Uma vez que existe esta sugestão e atendendo a que o assunto em apreço nesta proposta não é um assunto de imediato interesse, ou que possa ter um interesse imediato, não vejo nenhum inconveniente.” -----

Continuou **José Baptista**: “Não imaginei que um assunto destes trouxesse aqui qualquer tipo de discussão às bancadas.” -----

A proposta já foi feita a 30 de junho, como aqui foi dito. -----

Esta ata foi votada pelos senhores deputados, todos que estão nesta sala, com essa mesma proposta do PSD lá inserida. -----

O vídeo foi amplamente visto por toda a gente, foi apresentado nesta Praça nas Festas da Cidade, não estou a compreender qual é que é a questão, muito sinceramente.

Não me vou pronunciar mais nesta assembleia caso decida que ela vai ser votada, porque estamos a falar de uma entidade e uma pessoa. -----

Não sou a favor da proposta aqui apresentada, toda a gente conhece o filme, nós já dissemos que podemos alterar o documento naquilo que entenderem, não percebo qual é que é a dificuldade. -----

Disse também aqui nesta mesma declaração, que caso o Regulamento das Condecorações não esteja em vigor, porque aqui se verifica que seja atribuído uma condecoração pelo município, tal como tinha sido previsto a 30 de junho. -----

Não considero que haja aqui nada que não esteja esclarecido, mas obviamente, se a assembleia vai votar esta questão, depois de votar a admissibilidade, não me parece que seja normal votar o adiamento dela, mas os senhores deputados são soberanos e decidirão o que fazer.” -----

VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE RETIRAR O DOCUMENTO

A proposta de retirar o documento e apreciá-lo na próxima sessão, foi aprovada por maioria, com dezassete votos a favor, sendo nove votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda, três votos da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia, 5 votos contra do Partido Social Democrata e uma abstenção do Centro Democrático Social. -----

O senhor **Presidente da Assembleia**, informou que tinha sido enviado a todos os membros para conhecimento o parecer do Revisor Oficial de Contas, em relativo ao 1º semestre de 2016. -----

Pedi a palavra **Mário Rodrigues**: “A minha intervenção tem a ver com a apresentação do relatório de 32 páginas, pela comissão de acompanhamento sobre a poluição do Rio Tejo, feita pelo senhor Ministro do Ambiente, no passado dia 26 de novembro em Vila Velha de Ródão: -----

RELATIVAMENTE A ESTE RELATÓRIO PRODUZIDO PELOS TECNICOS DAS ENTIDADES (CHAMADA COMISSÃO) QUE CONSTAM DO DESPACHO DO SR. MINISTRO DO AMBIENTE DATADO DE 19 DE JANEIRO DE 2016, NO QUAL, SE PODIA LER QUE ESTA COMISSÃO TERIA UM PRAZO DE ELABORAR UM RELATÓRIO SOBRE A PROBLEMÁTICA DO RIO TEJO E DE TODA A SUA ENVOLVÊNCIA “A CHAMADA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO”, TODAVIA, TAL DOCUMENTO SÓ FOI PRODUZIDO E ENTREGUE EM 26 DE NOVEMBRO, PORTANTO HÁ 4 DIAS ATRÁS. -----

SENDO UM RELATÓRIO INTERESSANTE E QUE COLOCA A NÚ MUITAS FRAGILIDADES DESIGNADAMENTE DO NOSSO TECIDO EMPRESARIAL EM ALGUMAS ÁREAS DA INDUSTRIA, DA AGRICULTURA E OUTRAS COM IMPACTO DIRETO EM CERCA DE UM TERÇO DO NOSSO TERRITÓRIO NACIONAL CONTINENTAL. -----

TAMBÉM NÃO COMPREENDEMOS AS RAZÕES PELAS QUAIS, A COMISSÃO NÃO ALUDE PARA ALÉM DAS FRAGILIDADES SUPRA-CITADAS, AS QUE SE PRENDEM COM AS DOIS “MUROS” O AÇUDE INSUFLÁVEL EM ABRANTES E O DA PEGOP AMBOS RESPONSÁVEIS PELA NÃO PASSAGEM DE ESPÉCIES DE PEIXES MIGRATÓRIOS ONDE SE SALIENTA O SÁVEL, A LAMPREIA, A SABOGA E AS FATAÇAS, ESPÉCIES ESTAS QUE CONSTITUÍAM O GANHA PÃO DE MUITAS POPULAÇÕES RIBEIRINHAS, ALÉM DE, COM A SUA GASTRONOMIA CONSTITUIR UMA FONTE PARA O TURISMO.(PODE LER-SE NA MOÇÃO DA CDU DE 26-04-2016, APROVADA POR UNANIMIDADE POR ESTA ASSEMBLEIA.)-----

CONTUDO, NÃO APARECEM A NOSSO VER, NESTE RELATÓRIO AS QUESTÕES DE MAIOR IMPORTÂNCIA, A SABER:

-SENDO O RIO TEJO INTERNACIONAL (IBÉRICO) E ESTA COMISSÃO PRATICAMENTE NÃO TER ANALISADO A BACIA HIDROGRÁFICA DO TEJO DO LADO ESPANHOL, ONDE SE LEVANTAM OS PRINCIPAIS PROBLEMAS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO TEJO, ONDE SE ENCONTRAM LOCALIZADOS OS PRINCIPAIS PROBLEMAS , DESDE LOGO PELA SUA ENORME EXTENSÃO DE CERCA DE 800 KM E COM UMA BACIA HIDROGRÁFICA QUE SE SITUA EM CERCA DE 56.000 KM2, TENDO 14 BARRAGENS,

SENDO QUE, A BARRAGEM DE CÁSTREJON TEM UMA DAS MASSAS DE ÁGUA MAIS POLUÍDAS DO MUNDO ONDE DESAGUA TODA A POLUIÇÃO PROVENIENTE DA COMUNIDADE MADRILENA, TENDO 3 TRANSVASES, SENDO QUE, SÓ UM DOS TRANSVASES REENCAMINHA 80% DA ÁGUA NAQUELE LOCAL E ESTANDO EM PROJECTADO MAIS UM QUARTO TRANSVASE E TENDO UMA CENTRAL NUCLEAR JÁ MUITO PARA ALÉM DA SUA EXISTÊNCIA ÚTIL DE VIDA EM TERMOS DE SEGURANÇA, SENDO OS SEUS REATORES ARREFECIDOS COM AS ÁGUAS DO TEJO (CENTRAL DE ALMARAZ), ONDE SE PRESUME QUE JÁ HAJA A LIBERTAÇÃO DE RADIOATIVIDADE. REFIRA-SE QUE ESTA CENTRAL NUCLEAR APENAS SE ENCONTRA A CERCA DE 80 KM COM A FRONTEIRA PORTUGUESA.

- 1- DA NOSSA 1º ANÁLISE, A CDU, AINDA MUITO PRELIMINAR PODEMOS DESTACAR O SEGUINTE FACE ÀS ANALISES E CONCLUSÕES DO REFERIDO RELATÓRIO:
 - a) APESAR DE MUITOS AVANÇOS VERIFICADOS NAS ÚLTIMAS DUAS DÉCADAS O RELATÓRIO DÁ COMO CERTO QUE AS MASSAS DE ÁGUA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO TEJO SÃO INFERIORES A BOM EM MAIS DE 50%.
 - b) HAVENDO AINDA SITUAÇÕES EM QUE DENTRO DAQUELES CERCA DE 50% DAS MASSAS DE ÁGUA CHEGA-SE A ATINGIR NÍVEIS DE MEDÍOCRE E MESMO DE MÁ.
 - c) TENDO EM CONTA QUE SOMOS UM PAÍS QUE PRODUZIMOS BONS RELATÓRIOS MAS QUE RARAMENTE AS SUAS CONCLUSÕES SÃO LEVADAS Á PRÁTICA, CREMOS QUE DESTA VEZ AS CONCLUSÕES DESTE RELATÓRIO SEJAM REALIZADAS NUMA LUTA CONTRA O TEMPO, SOB PENA , TAL COMO ESCREVEMOS NA NOSSA MOÇÃO DE 26 DE ABRIL DE 2016 , DISCUTIDA E VOTADA POR UNAMIDADE NESTA ASSEMBLEIA, DE O RIO TEJO FICAR "MORTO".
 - d) FINALMENTE E DE ACORDO COM O TRATADO DE ALBUFEIRA, O QUAL A NOSSO VER NÃO ESTÁ A SER CUMPRIDO, CELEBRADO ENTRE O ESTADO PORTUGUÊS E O ESTADO ESPANHOL E AINDA DE ACORDO COM AS DIRETIVAS DA U.E., O ESTADO PORTUGUÊS DEVERÁ NO MAIS CURTO ESPAÇO DE TEMPO POSSÍVEL, ATRAVÉS DO GOVERNO DA REPÚBLICA ENVEREDAR TODOS OS ESFORÇOS DIPLOMÁTICOS NO SENTIDO DE SER ELABORADO UM RELATÓRIO COMPLETO SOBRE A PROBLEMÁTICA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO TEJO EM TODA A SUA EXTENSÃO DE 1.038 KM, SENDO QUE APENAS DESTES, 270 KM ESTÃO EM PORTUGAL.

Referiu o senhor **Presidente da Assembleia**: “Acredite que eu tenho que fazer uma apreciação em relação aquilo que o senhor leu.

Admiro muitíssimo o senhor deputado, pela forma genuína como trás as coisas a esta assembleia.

Pela forma sincera como faz as suas leituras, as suas apreciações e as suas formas trabalhadas, o relatório é muito recente, existem preocupações em relação a isto, aliás, esta semana tivemos uma reunião da Assembleia Intermunicipal, onde este assunto foi mais uma vez falado, não só em relação ao Rio Tejo, mas em relação a outros problemas ambientais de um concelho vizinho, como todos sabemos.

Nesta Assembleia Intermunicipal, estiveram presentes deputados da Assembleia da República, que deram contributos e dizem que as coisas estão a ser estudadas, esperamos que o relatório não fique pelo caminho.

É de apreciar a forma como diz as coisas, como sente as coisas, o seu amor ao Tejo, o seu amor ao ambiente e sobretudo o seu amor à pesca, é um contributo genuíno que pode dar a esta assembleia.”

Interveio António Ferreira: “Queria fazer aqui uma chamada de atenção àquilo que se passou na última sessão da assembleia e que ninguém fique melindrado em relação aquilo que vou dizer. -----

Considero o senhor Presidente da Assembleia Municipal, um dos melhores presidentes que passou por aqui, não tirando o mérito ao Doutor Mora Leitão, que foi um grande autarca e foi também um grande Presidente da Assembleia Municipal. -----

Aquilo que se passou na última sessão é absolutamente inadmissível e tem a ver com o senhor Presidente da Assembleia, aquela posição que o senhor Presidente colocou aqui, sabendo das leis e que não podíamos desagregar aqueles dois pontos para a CDU votar em consciência, a lei não refere nada disso. -----

A prática noutros municípios, como a lei não refere essa possibilidade da votação na especialidade, também em outros assuntos é assim, a lei é omissa, utiliza-se a prática na Assembleia da República e na Assembleia da República a votação na especialidade é permitida e usada recorrentemente. -----

Na votação para o Orçamento de Estado, nós vimos isso na prática corrente que é a desagregação dos pontos para que as forças políticas possam votar em consciência aquilo que lhes interessa ou não, aquilo que acham conveniente para o povo português e aquilo que não acham conveniente para o povo português. -----

Aquilo que devia ser a prática aqui era copiarmos aquilo que se passa na Assembleia da República e termos desagregado aqueles dois pontos. -----

Nós pedimos isso o ano passado e este ano e o nosso voto foi-nos impedido de votarmos favoravelmente a redução do IMI para a população e isso deve-se ao executivo da câmara municipal e deve-se também ao senhor Presidente da Assembleia Municipal.

No entanto, há situações pontuais e que nós admitimos, há aqui uma situação que nós não concordamos, mas não mancha muito aquilo que nós pensamos do senhor Presidente da Assembleia. -----

Moralmente são inadmissíveis as considerações que foram feitas aqui sobre a CDU, eticamente são inadmissíveis e é uma prática que não prestigia nada a democracia e a prática democrática em termos locais. -----

Nós, de facto, somos contra o IMI para um conjunto de famílias que ficam privilegiadas em relação às outras, o IMI familiar para quem tem casa, quem tem certos rendimentos e que paga IMI. -----

Somos a favor da redução do IMI para todas as famílias no Entroncamento. -----

Este é um ponto, mas tenho mais dois pontos para apresentar.” -----

Referiu o senhor Presidente da Assembleia: “Em relação a este assunto e para que não se levante novas celeumas no futuro, posso estar a fazer uma interpretação errada da lei, acho que não estou, mas vou tomar a iniciativa de pedir um parecer à Associação Nacional de Municípios.” -----

Continuou **Pedro Gonçalves**: “Quero saudar a celebração do 71º aniversário do nosso concelho. -----

Queria falar do vídeo da campanha eleitoral, desculpem, do vídeo promocional ao nosso concelho. -----

Há algumas certas considerações que quero e não posso deixar de as fazer: -----

Houve alguma instituição que não quisesse colaborar com este vídeo? É que vejo aqui algumas representadas e outras não e no fim, vejo o agradecimento a quem participou, o que leva a querer, ou não quiseram aparecer, porque visibilidade é uma coisa muito má, ou então, não foram convidadas, algo que o CDS acha inconcebível. -----

O vídeo por vezes, roça um pouco a ficção e por outras vezes consegue ser demasiado ingênuo, mas é de louvar a iniciativa, pena não termo tido um argumentista, um argumentista profissional que olhasse para a cidade com os olhos isentos e com os olhos de cidadão. -----

Ainda a falar das nossas festividades concelhias, fico com a sensação de que a nossa água não deve ser da qualidade necessária para tais cerimónias, pois foi novamente trocada por água engarrafada que sai substancialmente mais dispendiosa. É uma falta grave por parte da nossa câmara, a nossa água é considerada pela ESAR com um nível de qualidade excelente, tendo obtido 100% no ano de 2015 nas classificações da ESAR. -----

Talvez isto não chegue para alguns dos senhores e hoje estamos aqui todos a beber água do nosso concelho, é uma água de boa qualidade, devíamos usá-la em todas as cerimónias, como disse, talvez isto não chegue para alguns. -----

Muito de falou e têm falado de um indivíduo que dorme nas ruas da nossa cidade, falou-se que o caso está a ser tratado, mas, não foi simplesmente por o cidadão ter mudado de sítio que resolve a situação. -----

Para além de ser um caso de humanismo, é um caso que se pode tornar de saúde pública, não devíamos fingir que isto não existe, é urgente, estamos a chegar a uma quadra festiva, aonde toda a gente se vai lembrar de todas as pessoas, mas aquele senhor, se nós não fizermos nada, se a câmara não se indignar perante as autoridades a que tem que indignar, aquele senhor vai continuar a dormir ali. -----

É um excelente bilhete de entrada, um excelente cartão-de-visita às pessoas que chegam ao Entroncamento pela Estação da CP. -----

É de lamentar que alguns se tenham esquecido, e é de lamentar que algumas autoridades ainda não tenham feito nada e por isso, gostaria que esta assembleia e o executivo se indignassem nesse aspeto e pudessem fazer a pressão necessária junto das respetivas autoridades. -----

Quero também saudar o ciclo de jaz, foi bom, agora quer continuação, é que se mostrou que o Centro Cultural é mesmo isso, um centro de cultura. -----

As pessoas aderiram, as pessoas apareceram, foi um sucesso e parabéns à câmara pela iniciativa, mas agora quer continuidade. -----

Já que estamos a chegar à quadra festiva, quero desde já, desejar a todos um Feliz Natal cheio de coisas novas, aos cidadãos presentes, ao senhor Murcela e a todos os funcionários do município.” -----

Prosseguiu **Rui Bragança**: “Queria agradecer que finalmente as passadeiras pela zona onde passo mais, estão bem pintadas. -----

Tinha agendado o problema do sem-abrigo, o colega já falou, nada mais à a dizer.

Já foi falado há várias sessões, dois problemas: um deles já vem do anterior mandato e que tem a ver com um suposto passeio que é estacionamento, encostado ao muro de uma vivenda que está abatido, quem vai na avenida no sentido da estação, junto ao cruzamento do Adágio, do lado esquerdo, não existe passeio, existe um buraco. -----

Outra situação já referenciada, é a passadeira em frente à Estação da CP, que foi alvo há cerca de dois anos de uma rotura e o alcatrão ficou sobrelevado e carece de correção. -----

O Continente surgiu, aquela zona do sul da cidade está a ganhar vida, tinha identificado uma situação que tem de ser corrigida e não é preciso grande despesa. Em frente às oficinas municipais colocaram três eco pontos à superfície, se fossem recuados um pouco mais, permitiria a visão de quem está parado ao stop e quer ver quem vem do seu lado direito, não percebo porque é que não foi considerado uma ilha ecológica. -----

Queria alertar o município, que o lote que está em frente ao Continente, o olival, o proprietário vedou o terreno e impedi a saída dos habitantes dos lotes 79, 81 e 83 saem todos pelo mesmo sítio, porque são impedidos de sair para a avenida, surgiu uma situação que na altura resolveu-se e o acesso à rua está aberto. -----

O que queria chamar à atenção e fala-se que vai lá surgir qualquer coisa, só queria pedir, que essa qualquer coisa que venha ali a surgir e tenha um horário completamente diferente do Continente que fecha às 21 horas, tenham atenção ao que tem de ser feito porque há habitações em frente ao terreno, até porque o lote 83, se bem me recordo, tem 25 metros entre o lote e qualquer construção que seja lá feita. -----

Já agora, desejar também um Bom Natal. -----

Referiu **António Ferreira**: “Nós já levantámos aqui há uns tempos atrás um problema relacionado com os trabalhadores desta câmara. -----

Durante as festas da cidade houve um certo mau estar por parte de alguns trabalhadores. -----

Deparamo-nos novamente com um mau estar por parte dos trabalhadores e a situação parece-me que é grave, há problemas graves em termos de relação do executivo com os trabalhadores. -----

Chegou-nos à nossa mão um pedido de reunião do STAL com a Câmara Municipal, dirigido ao senhor Presidente da Câmara e a esse pedido ainda não foi dado resposta. -----

Juntamente a esse pedido, vem uma informação que é a seguinte: “*Tem sido retirado aos trabalhadores deste município o pagamento do subsídio de turno em caso de prestação de trabalho efetivo – por motivos de faltas por doença – apenas durante parte do mês*”, ou seja, retiraram o subsídio de turno aos trabalhadores que em parte do mês estão doentes. -----

Como é sabido, a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, diz que, quem preste pelo menos um dia de trabalho entre as 22 horas e as 07 horas, tem direito a esse subsídio, independente de estar ou não doente, basta fazer só um dia. -----

Aquilo que está a ser a prática, não é a todos os trabalhadores, é a informação que tenho, alguns trabalhadores trabalham para além das 22 horas e não está a ser pago esse subsídio, o que é ilegal perante a lei e não é admissível. -----

Os senhores deputados ficam informados desta situação que se está a viver nesta câmara e repito, não é com todos os trabalhadores. -----

Pela informação que tenho, dá-me a impressão que há trabalhadores que têm força suficiente para que a lei seja aplicada e há outros trabalhadores que não têm essa força. -----

A câmara deve praticar a mesma política em relação a todos os trabalhadores que peçam ou não esse subsídio. -----

Houve a Assembleia Intermunicipal na última 2^a feira, muito dos deputados já têm dado aqui alguma informação do que se passou nessas assembleias e vou dar a minha versão conforme entendo os factos e os factos são o seguinte: -----

Há uma cada vez maior densificação nas CIMT's de áreas e de papéis que dizem respeito aos municípios, nas áreas dos transportes, educação, saúde, da segurança florestal há uma certa densificação de transferência de competências, quer do governo central, quer das autarquias. -----

Dessa densificação tem um resultado na nossa Comunidade Intermunicipal, uma taxa de execução o ano passado de 12%, ou seja, a Comunidade Intermunicipal tem um orçamento para este ano de cerca de seis milhões de euros, o ano passado deve ter sido à volta disso, talvez um pouco menos, teve uma execução de seiscentos mil euros, ou seja, isto significa eficácia e eficiência de 12%, perguntam às câmaras o que são obrigados por lei, 85% no mínimo, os papéis que vêm aí dizem-no. -----

Nós todos estamos com a economia de escala, a economia de escala é fundamental, nós CDU também defendemos a economia de escala, essa economia de escala para transferência de competências para as CIMT's, não é uma forma democrática, é uma tentativa de impedir adiar uma regionalização que é fundamental. ---

Com a regionalização, estes 12% de execução seriam penalizados nas urnas diretamente e atenção, são pedidos mais 5 técnicos superiores para reforçar a CIMT, pergunto se se justificam esses 5 técnicos superiores para esta execução de 12%? -----

São as câmaras que mantêm estas estruturas sem eficiência, sem eficácia que nos sorvem os dinheiros, dos poucos dinheiros que são necessários às câmaras municipais.”

Referiu o senhor **Presidente da Assembleia**: “Quando terminar o meu mandato como Presidente da Assembleia, terei o prazer de dizer à assembleia a minha visão e percepção do que é um organismo como aquele, não deixa de ser uma visão, não o faço agora obviamente, mas como eu o percebo e comprehendo os seus desabafos.” -----

António Rodrigues referiu: “Quero congratular o executivo pela iniciativa que teve no passado dia 19 de novembro, onde estive presente assim como alguns deputados aqui presentes, na consulta pública que houve no edifício da Escola das Tílias. -----

Fui aluno naquela escola durante 4 anos e tive presente naquele momento com alguma nostalgia e emoção porque foi um espaço onde tive aulas e fiquei muito feliz por saber que o senhor Presidente da Câmara envolveu a população numa consulta participativa e o interesse social sobrepôs-se ao interesse epidémico, o que é de louvar.”

Prosseguiu **Manuel Martins**: “Em primeiro lugar dar os parabéns ao senhor Pedro Gonçalves, pela apresentação como candidato pelo CDS-PP às próximas eleições autárquicas e como todos vimos, já começou a fazer campanha.” -----

Para dizer que sem querer fez futurologia de “Pedrinho dos Mercados”, porque realmente confirmou-se. -----

Queria só fazer um reparo, chamar ao vídeo institucional, um vídeo eleitoral para quem está a fazer campanha, é uma situação dúbia. -----

Em relação ao Centro Cultural, referiu e bem o ciclo de jaz, esperamos que haja muitos mais, sempre foi dito que o Centro Cultural não era por estar concessionado, ou por ter que ser concessionado da forma como a lei obriga, que ia deixar de ter eventos culturais como anteriormente tinha. -----

Não percebo este repisar de uma situação que não faz sentido, aquilo que está a acontecer agora, são eventos culturais que existiam, só que dantes existia lá a concessão, que eventualmente haverá de novo se houver algum concessionário. -----

Cada vez que houver um evento cultural, o senhor Pedro Gonçalves vai trazer aqui o assunto novamente.” -----

Continuou **Fernanda Alves**: “Os meus colegas de bancada já me tiraram as palavras. -----

Queria dar os parabéns à câmara pela iluminação de Natal que temos no Entroncamento, ainda que singela, mas está bonita. -----

Aproveito para desejar a todos Bom Natal.” -----

Interveio **Mário Rodrigues**: “Todos os anos concorro à Chiado Editora com um trabalho, trabalho esse que só posso enviar um, tive a oportunidade de mais um ano ter sido selecionado entre milhares de concorrentes. -----

Tive a oportunidade de enviar esse trabalho ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal do Entroncamento e executivo e ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, de facto não gostaria de dizer isto publicamente, mas vou dizer-lo. -----

Quero agradecer sinceramente ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Doutor João Lérias, o facto de imediatamente me ter respondido, nunca tendo obtido nenhuma resposta este ano, nem nos anteriores, deste executivo da câmara, lamento profundamente, quando recebi bastantes mensagens de várias câmaras do país.” -----

Seguidamente entrou-se no período de intervenção do público. -----

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Pedi a palavra **Maria Conceição Henriques Bento**, sou filha de João Henriques, pessoa bem conhecida do Entroncamento, não venho fazer críticas, venho pôr promessas que possamos ter conhecimento e do esquecimento que parece existir. ---

O assunto é exatamente a permuta que foi feita entre um terreno onde foi feita a escola do Bonito e a escola das Tílias e pensei vir aqui porque talvez fosse bom esclarecer alguns pontos. -----

Quando nós fizemos a permuta com o município, com o Presidente Jaime Ramos, penso que não se trata de presidentes, mas de uma entidade que é o município,

que representa em várias alturas os vários presidentes e, portanto, aquilo que eu venho aqui colocar são duas coisas distintas: -----

Uma é a permuta que foi feita em 2012. -----

A outra é em 2016 as construções que começaram a fazer e ficaram para trás e não tiveram grande enfase. Acerca da escola das Tílias, gostei imenso da intervenção anterior, também estou 200% a favor, também gosto de património, não é por acaso que arranjei a casa dos meus pais. -----

Há duas situações distintas, há um terreno onde está construída a escola do Bonito, que eu acho uma escola e um sítio de excelência, sou sensível a tudo o que se está a passar. -----

Nós fizemos um contrato de promessa de permuta e as condições são estas: -----

A escola está assente num terreno de 10.000m², foi avaliado em 1 milhão e 80 mil euros, essa troca foi feita com o terreno da escola das Tílias, que são 3608 m². -----

Foi feita uma permuta para a construção de cinco lotes com princípios igualitários, tudo correu muito bem nas conversações que tivemos. -----

A escola das Tílias ia comportar cinco lotes, foram avaliados em 765.000 euros, de uma importância à outra vai muito dinheiro, para que essa troca fosse igualitária, chamei à atenção que há uma avaliação feita pelo município por técnicos profissionais, que eu nem consegui ler, tive que pedir a pessoas que me dissessem o que queria dizer. –

O terreno com aquela baixa de verba em relação ao terreno da escola do Bonito, tentou-se aproximar os valores, como a escola das Tílias tinha que ser entregue como devia ser, atribuíram um valor de 150.000 euros e foi o Tribunal de Contas que pediu que explicitássemos todas essas verbas. -----

Dessa verba, juntou-se aos 765.000 euros o que totalizou 915.000 euros, já estava muito próximo do 1 milhão e 80 mil euros, faltava 165.000 euros, falámos entre família e concordámos que os 165.000 euros ficavam a favor do município e assim, conseguiu-se um contrato com verbas mais igualitárias. -----

Chamo à atenção que tudo isto é feito com dois advogados da câmara e um advogado da minha parte, tudo se fez. -----

Também quero chamar à atenção, o milhão e 80 mil euros da escola do Bonito, resulta de que aquele terreno, foi avaliado por um milhão 280 mil euros, mas como havia infraestruturas a considerar na escola das Tílias, havia de considerar-se também as infraestruturas no outro terreno, ficou avaliado em 1 milhão e 80 mil euros. -----

Tudo isto foi feito, escrito, foi uma escritura pública com características jurídicas, havia 10 meses para se realizarem as coisas, eu até pedi mais 6 meses, mas não ficaram escritos. -----

Houve duas realidades e realidades diferentes, o município usufruiu de imediato do edifício da escola, construiu, está em funcionamento a outra realidade a nossa família espera desde 2012 pela concretização do contrato até hoje. -----

Da nossa parte está tudo cumprido, demos, está lá, gostamos da escola, quando venho ao Entroncamento passamos pela escola para a ver, isto é para se perceber que não estou contra ninguém, nem contra nada. -----

Depois aparece o outro lado da questão, que é quando a escola das Tílias aparece como um elemento para não deitar abaixo e eu disse que estava de acordo e teríamos que arranjar um outro terreno, todas as nossas conversações foram no sentido da boa vontade, tivemos várias reuniões e tentámos encontrar uma solução e fui sensível, deixem ficar a escola, a escola pertence à população, à cultura, à história do Entroncamento e vamos deixá-la, era preciso agora arranjar pelo mesmo método, o método teria que ser o mesmo. -----

A primeira proposta foi um terreno junto à subestação da EDP que foi rejeitado por nós por vários motivos. -----

Havia também outra solução, que era o pagamento de uma multa contratual de 35 anos, dada a situação económica, daqui a 35 anos o dinheiro que se recebe por mês não dá para comprar um chupa-chupa para os meus netos ou bisnetos e nós rejeitámos. -

O senhor Presidente teve a gentileza de ir a minha casa com a senhora Doutora Ilda, o meu marido já estava bastante doente e quando ouviu a proposta o meu marido disse: "Devem estar a brincar comigo", foi exatamente estas palavras. -----

Isto foi em dezembro de 2014, o meu marido faleceu em 2015, para nós tinha sido rejeitada e continuava a permuta pois ainda não tinha acabado o prazo, ninguém se mexeu e qualquer dia acaba o prazo. -----

O senhor Presidente vai para uma reunião propor que a escola das Tílias ficasse em pé e que arranjássemos uma solução. -----

Das primeiras soluções apresentadas aqui eram dois edifícios, um paralelo à frente da escola e outro perpendicular e eu disse-lhe que eram 11 metros, são corredores, não gosto da estética e da situação. -----

Entretanto o senhor Presidente mandou fazer o projeto, a tipologia era T3 e T4, as minhas propostas foram sempre feitas na base da confiança e, entretanto, apresentámos a formalização desse projeto com as áreas brutas da construção, da área da cada fração e o respetivo valor comercial a baixar em grande quantidade. -----

Todas as propostas estão arquivadas no meu processo, em junho o senhor Presidente volta novamente a mandar uma proposta em que diz: mantém-se a proposta anterior das 4 hipóteses de construção e acrescentam-se 49.600 euros de indemnização pagos em 4 anos. -----

Lamentavelmente as soluções foram sempre descendo, os princípios não foram respeitados, porque tínhamos que seguir o mesmo método da avaliação que foi feito para a permuta. -----

Escrevo uma carta ao senhor Presidente a dizer tudo isto que estou a dizer agora, digo-lhe que vamos apagar, havemos de cumprir o contrato de promessa de permuta e vamos começar a pôr uma mora, essa mora até agora não me faz aflição, mas a partir de 30 de novembro a mora que está para pagamento diário é de 85 euros. -----

No meio disto tudo, quero deixar bem presente que nós defendemos os valores monetários da nossa família e éticos, morais, trabalhou-se muito para que os terrenos fossem comprados aos bocados. -----

Gostaria que o Entroncamento resolvesse o problema da melhor maneira, mas que também não prejudicassem a minha família." -----

Referiu o senhor **Presidente da Assembleia**: “Tenho a certeza absoluta que o assunto que nos trouxe diz muito a todos nós autarcas que têm responsabilidades no município, diz muito ao executivo. -----

Neste momento é uma questão que embora tenhamos conhecimento, mas é uma questão que está na alçada do executivo da câmara municipal e está a ser tratada. -----

O senhor Presidente da Câmara, no fim, se quiser, obviamente que poderá fazer um comentário em relação a esta questão. -----

Posso-lhe dizer que o município é uma pessoa de bem e como uma pessoa de bem respeitará os contratos que foram assinados. -----

Não me passará pela cabeça que os contratos não sejam respeitados e assinados e não haja um encontro de vontades para que possa haver o respeito por aquilo que se escreve e por aquilo que se faz. -----

É esse o princípio e com base nesse princípio, que o executivo e a câmara municipal irá agir com a família a bem do Entroncamento.” -----

Passou de imediato à ordem dos trabalhos. -----

ORDEM DOS TRABALHOS

PONTO NÚMERO UM

LANÇAMENTO DE UMA DERRAMA PARA O ANO DE 2017

Pidiu a palavra **José Baptista**: “O Executivo deliberou a aprovação da Taxa de derrama para 2017 em 1,5% e o incentivo à criação líquida de postos de trabalho. Recebemos também a informação de que não deu entrada nos serviços qualquer pedido de redução da taxa da derrama, com base nos incentivos do numero 2. --- O modelo de derrama apresentado pelo Executivo é o mesmo há três anos. Ou seja, a mesma proposta sem qualquer efeito ou resultado positivo volta a ser a opção escolhida para o ano de 2017. Mais uma vez é a falta de capacidade de ver em redor e aceitar que o remédio é o errado a ministrar. -----

A bancada do PSD entende que o correto é que deveríamos apoiar as nossas empresas, as Entidades que criam emprego especialmente no momento em que entra em funcionamento uma superfície de média dimensão, com condições de captação de produtos a preços mais baixos e clientes, totalmente distintos dos restantes. -----

Em sede de discussão na reunião de Câmara propusemos que seja incluída a isenção da derrama para todos os comerciantes e industriais e profissionais livres com um volume de negócio até 250.000€ a qual foi rejeitada com os votos exclusivamente do Partido Socialista. O Executivo Socialista não permitiu a isenção de derrama aos comerciantes, industriais e profissionais liberais com volume de negócio até 250.000,00 euros, conforme foi proposta do PSD----- Votamos contra a proposta socialista porque os nossos comerciantes, industriais e profissionais liberais são gente essencial para a dinamização do comércio e para o bem-estar de toda a população. -----

Prosseguiu **Mário Rodrigues**: "A derrama é uma taxa que incide sobre as empresas tributadas em sede de IRC, cujo valor da taxa é de 1,5% (teto máximo). -----
1-Nós CDU concordamos com esta tributação. -----
2- Permite que as empresas deixem uma parte dos seus lucros nos concelhos onde executam as suas atividades. -----
3- Infelizmente aqui no entroncamento as grandes indústrias da ferrovia por não terem lucros não deixam derrama no nosso concelho/autarquia. -----
4- Sendo que, é de todo justo essa contribuição para o desenvolvimento local e por essa via, para o bem-estar geral da nossa população. -----
5- No entanto, nós CDU também temos preocupações com as micro, pequenas e médias empresas que operam aqui no nosso concelho, como tal, defendemos que as empresas com um **volume de negócios igual ou inferior a 150 mil euros/ano** sejam isentas do valor da taxa da derrama." -----

Continuou **Marco Geração**: "Notamos que a proposta do executivo mantém um critério desatualizado da realidade do nosso município, em vez de assentar em premissas realista e que efetivamente afetam as empresas do nosso município, desviam-se para considerandos que em nada contribuem para a continuidade muitas dessas empresas. -----

O critério atualmente em vigor, que respeita a uma isenção que reflete a criação líquida de postos de trabalho, tem tido uma aplicação sem qualquer expressão que justifique a sua manutenção, uma coisa é a teimosia, outra coisa é a insistência, a diferença é que o teimoso no fim é provar que está errado, e a verdade, é que isto tem estado na câmara durante muitos anos e não tem tido nenhum reflexo nas empresas do nosso município. -----

Note-se que a bancada do Bloco de Esquerda é favorável à tributação das empresas, mas são critérios que têm um significado e consequências práticas no nosso tecido empresarial. -----

Para tal, existe um enquadramento legal que permite a aplicação de uma taxa reduzida, enquadramento esse que, visto a proposta apresentada pelo município não é tido em conta, nomeadamente a isenção ou redução da derrama para empresas com um volume de negócio inferior a 150.000 euros. -----

Sendo assim e considerando na nossa opinião os princípios idealizados na proposta do executivo estão corretos, também consideramos que os mesmos não se adequam à realidade das empresas do nosso município, pelo que votaremos contra esta proposta." -----

Referiu **Pedro Gonçalves**: "A nossa proposta seria uma proposta que albergasse as duas propostas que foram apresentadas em reunião de câmara. -----

Já aqui foi referido que temos zero empresas a usufruir desta baixa da derrama e acreditamos que os 150.000 euros seria um bom escalão para podermos baixar a derrama, às empresas e às micro e pequenas empresas, porque precisamos de mais tecido empresarial, precisamos de um tecido empresarial vivo, mas para conseguirmos ter empregos devemos estimular as pequenas e médias empresas que faturem mais e tenham mais rendimentos. -----

Seria um ótimo incentivo a quem fature até 150.000 euros com uma redução e depois com a criação dos postos de trabalho. -----

Nesse sentido, o CDS vai votar contra." -----

Intervio **Fernanda Alves**: "Relativamente à derrama a bancada do PS não tem muito a dizer, a não ser que vai votar a favor. -----

Pensamos que o executivo tenha analisado esta situação, se propõe é porque de facto considera ser o mais adequado neste momento, as opiniões discordantes das outras bancadas são da sua responsabilidade.

De qualquer forma, a criação de emprego pensamos que seja um bom incentivo, pena é que tal não seja possível, não por não haver a redução dessa derrama para as empresas, porque toda a conjuntura atual ainda não permite aquilo que as empresas de facto consigam criar esses empregos, o incentivo está lá.”

António Ferreira referiu: “Depois desta discussão toda, todos nós não vimos bem o documento.

Pela primeira vez isto tem aplicabilidade, são criados postos de trabalho no Continente e o Continente vai beneficiar, os nossos pequenos comerciantes não beneficiam, penso que falta aqui a cláusula que a partir de determinada importância beneficiarem disto.”

Respondeu o senhor **Presidente da Câmara**: “Os 59 postos de trabalho que o Continente criou na nossa cidade, representarão zero vírgula qualquer coisa, do efetivo total e, portanto, não tinha direito a nenhuma bonificação.”

Pedi a palavra **Manuel Martins**: “Estive a ler com alguma atenção a ata da câmara e é curioso verificar o interesse em defender as micro, pequenas e médias empresas do concelho, a economia do concelho, a economia local, é realmente de valorizar.”

É pena que só se valorize algumas circunstâncias, por exemplo, encontrei uma notícia de 2005, não sei quem era presidente nesta altura, encontrei um aumento de 400% nas taxas de publicidade nos toldos, é interessante que agora haja preocupação quando anteriormente essa preocupação não existia, isto vem publicado no jornal “O Público” de 20 de janeiro de 2005.

Isto para tentar perceber a posição do PSD nesta votação e nesta preocupação com as empresas e com a economia local.”

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO UM

O ponto número um “**Lançamento de uma Derrama para o ano de 2017**”, foi aprovado por maioria, com onze votos a favor, sendo nove voto do Partido Socialista e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia, nove votos contra, sendo cinco votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de esquerda e um voto do Centro Democrático Social e três abstenções da Coligação Democrática Unitária.

PONTO NÚMERO DOIS

PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL DO IRS A LIQUIDAR EM 2017

Pedi a palavra **António Ferreira**: ”Em relação aos 5%, lembro-me que esta medida foi apresentada e proposta pelo atual primeiro-ministro, António Costa e tinha como objetivo promover a chamada concorrência tributária entre concelhos.”

Tinha também como objetivo, outra questão que os municípios perderam nestes anos todos, com esta medida e mais duas ou três, mas esta foi a principal, mais de mil milhões de euros, desde o período que isto foi aprovado.”

Nós com toda a consciência votamos favoravelmente este assunto.”

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO DOIS

O ponto número dois “**Participação Variável do IRS a Liquidar em 2017**”, foi aprovado por unanimidade, com vinte e três votos, sendo nove votos do Partido Socialista, cinco votos do Partido Social Democrata, três votos da Coligação Democrática Unitária, três votos do Bloco de Esquerda, um voto do Centro Democrático Social e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia.

PONTO NÚMERO TRÊS

ORÇAMENTO PARA 2017 E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O PERÍODO DE 2017/2020, MAPAS DE PESSOAL E OPÇÃO GESTIONÁRIA PARA 2017 E REGULAMENTO DE EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO

Pedi a palavra **Sara Domingos**: “O orçamento para o próximo ano no valor de 18,2 milhões de euros, prossegue a política de rigor que tem sido apanágio deste executivo, com um acréscimo de 12,5% relativamente ao ano anterior.

Comparativamente ao ano transato, existe um aumento de receita efetiva de 5,9% e de despesa de 12,9%. Há uma componente elevada nas despesas de capital, que resulta do serviço de dívida.

São mantidos os níveis de investimento elevados em áreas prioritárias para o município, nomeadamente na educação e desporto escolar com a recuperação do pavilhão da escola Dr. Ruy D'Andrade. Na cultura, as obras necessárias à recuperação do Teatro S. João. A eficiência energética que o município vai continuar a substituir a iluminação por LED, ou seja, são investimentos necessários que já foram referidos no ano transato, mas cuja execução não foi possível porque existiu sempre a preocupação de que os projetos fossem financiados por uma forte componente comunitária, uma vez que, como todos sabemos, o município foi entregue com uma precária situação financeira.

Também é do conhecimento geral, que foi o atual governo quem desbloqueou as verbas comunitárias onde se insere o PEDU, instrumento financeiro para os investimentos que foi contratualizado apenas em 31 de maio de 2016, daí que só agora seja possível a sua concretização.

É de salientar e em conclusão, este orçamento é revelador do esforço que tem sido feito para fazer investimento com apoio comunitário, uma vez que, a câmara municipal ainda não tem uma boa situação económica e financeira estável.

A bancada do PS vai votar favoravelmente a proposta.”

Intervenção Pedro Gonçalves: “O CDS neste orçamento e como tem sido apanágio e obrigação legal do município de consultar todos os partidos com representação na assembleia municipal.

Na reunião que tivemos com o executivo, para além de termos analisado detalhadamente com o senhor Presidente da Câmara e um técnico, fomos confrontados com um orçamento que nós achamos que tecnicamente está bem feito, mas, que não seriam estas as nossas opções.

Porém, o senhor Presidente da Câmara mostrou-se atento e receptivo às propostas do CDS-PP.

Apresentámos uma proposta para que o valor do IMI para o 2º escalão, fosse um valor igual devolvido às famílias e conseguimos chegar a um consenso.

Queríamos louvar o executivo por nos ter ouvido e acima de tudo, por ter também acolhido que estes 32.000 euros deveriam ser devolvidos às famílias.

Nesse sentido, o CDS-PP depois de ter olhado para todo o documento, obviamente que temos algumas considerações a fazer e como alguém presente nesta sala disse, as eleições deviam ser todos os anos.

Seria de lamentar que tendo o senhor Presidente e o executivo ouvido a nossa proposta, nós não poderíamos deixar de aceitar e aprovar este orçamento.

Foi um trabalho conjunto que chegámos com o executivo, conseguimos que 30 euros sejam devolvidos a todos os alunos inscritos no 2º e 3º ciclo da nossa cidade e não devolvidos por devolver, serão injetados novamente na economia fazendo uma parceria com as livrarias locais.

Por esse motivo, por todo o parecer técnico apresentado, a redução da dívida, a capacidade de investimento que irá ser feita no Entroncamento, embora denotemos que é o último ano, e por isso mesmo, vimos que existe mais investimento, mas, queremos deixar aqui um parecer favorável a este orçamento, salientando que foi por ter havido uma abertura por parte do município e por as contas estarem bem-feitas e por o sentido de se continuar a reduzir a dívida do nosso município, não deixando de investir na nossa cidade.”

Continuou **José Baptista**: “Em sede da discussão do Orçamento do Município para 2017 o PSD propôs na reunião de Câmara realizada tal a desafetação da verba de 75.000,00€ incluída na proposta de orçamento para a estrada Bonito-Atalaia, uma vez que a mesma poderá vir a ser objeto de financiamento na vigência do presente Quadro Comunitário de Apoio.

Esta proposta funda-se na possibilidade de tal alteração permitir:

1. Aquisição de bibes para todas as crianças do pré-escolar.
 2. Construção de telheiros nas entradas da Escola António Gedeão e do Jardim de Infância Sofia de Mello Breyner.
 3. Instalação de sistemas de ar condicionado onde eles sejam estritamente necessários na Escola António Gedeão, assim como dos equipamentos em falta no Jardim de Infância Sophia de Mello Breyner.
 4. Cobertura do campo de jogos da Escola António Gedeão, à imagem do que foi feito nos restantes estabelecimentos do 1º ciclo.
-

A proposta não foi admitida sequer para discussão na reunião de Câmara tendo o Senhor Vereador Carlos Amaro invocado o facto de a mesma não ter sido remetida com 48 horas de antecedência. Ora, tendo esta sido a única reunião formal para análise do orçamento, e tendo o mesmo extenso documento sido remetido com apenas 48 horas úteis de antecedência, à semelhança de qualquer outro documento para a Câmara, ou seja, na quinta-feira anterior, tornava-se impossível fazer qualquer proposta sendo que a mesma seria extemporânea uma vez que só com a Câmara reunida se poderia deliberar.

Assim, as crianças ficaram sem bibes, sem telheiros nas escolas, sem ar condicionado nas salas onde é necessário, e a escola António Gedeão sem a devida cobertura do campo de jogos.

Foi esta a postura do Partido Socialista, que não admitiu sequer discutir a injustiça que sabia que estava a fazer. Mais um caso de prepotência sabendo o executivo que a maioria das propostas são opções plurianuais que poderiam inscrever no orçamento. Um orçamento que deve partir de opções claras funda-se em despesa e receita. A despesa, na parte dependente das opções políticas atuais deve ser canalizada para tornar a cidade um sítio bom para se viver, dando à população a possibilidade de usufruir de uma cidade viva, moderna, dinâmica, limpa e segura, ou seja, com qualidade de vida.

Não é isso que este orçamento traduz, tratando-se um exercício matemático curioso e com vários alçapões onde facilmente se escorregará.

Neste Orçamento, voltamos a encontrar dados que já constavam como receita prevista no Orçamento para 2016, no que respeita a Loteamentos e Obras, tendo por base processos existentes em aberto, a saber: Asas Invest, com previsão de receita de 276.065,84 €, e Unimarket – Imobiliária Lda, com previsão de receita de 138.208,02 €, mais de 400.000 €. Verificamos pelo segundo ano consecutivo que os processos continuam em aberto, mas que as verbas são novamente incluídas no orçamento para equilibrar a proposta apresentada. Já o dissemos o ano passado, não é novidade para ninguém.

Tornemos isto mais fácil de ser percutível: O exercício orçamental realizado baseia-se na introdução de receitas irreais que na verdade não serão recebidas para simplesmente equilibrar a despesa. É esta a verdade que nos permite dizer com toda

a segurança que mais de 400.000,00€ deste orçamento não passam de um alçapão de falsidade económica, digna de verdadeira engenharia financeira. ----- Não é possível logo pela base aceitar uma proposta onde á priori sabe o senhor presidente da Câmara e os Senhores vereadores que nunca será executado e aumentará isso sim a dívida que o senhor tanto tem falado e que por obrigação da lei 8 de 2012, do decreto-lei 127/2012 e ainda das metas estabelecidas no PAEL em termos de dívida o que se traduz na efetivamente de reduzir, tal como em todos os Municípios por força da lei geral vigente. -----

Ora como se todos estes fatores não fossem suficientes demonstra-se que a fraude vai muito para além do exercício económico e alcança mesmo aquelas que foram as promessas em que os cidadãos votaram e que pelo quarto ano consecutivo não verão realizadas.-----

A Esquadra da PSP tem 1 € no mapa das GOP para 2017 e nada para os anos seguintes, o que revela o abandono do projeto de construção da Esquadra de Polícia de Segurança Pública. A segurança na cidade é a prioridade máxima e o executivo socialista trata-a como se de algo menor se tratasse. -----

Para a Biblioteca e Arquivo Municipal há 1 € no mapa das GOP para 2017 e nada para os anos seguintes - mais um projeto abandonado e que não terá luz com o executivo socialista. -----

O apoio à juventude está orçado em 1.500 € para o ano de 2017, já sei que me dirão que é uma área transversal, onde o orçamento está dividido por toda a área Não é pouco, é manifestamente pouco mais do que nada. Se as associações não dinamizarem a juventude, este investimento do município fará muito pouco. No que à juventude diz respeito pergunta-se também onde anda o Conselho Municipal de Juventude que anteriormente foi implementado e que apesar das propostas socialistas não voltou a ver a luz do dia, contrariando a legislação nacional que agora obriga. -----

A Escola Camões e os Bairros Ferroviários pura e simplesmente nem no documento aparecem a nível orçamental, percebendo-se na verdade que a propriedade não pertence ao Município e tudo o que o executivo Socialista fez foi propaganda barata sabendo que nestes espaços não poderia intervir sem autorização dos respetivos proprietários. Ainda assim a opção é clara: o assunto morre por aqui e a Câmara nem quer dotar uma verba para eventual projeto ou apoio aos proprietários na requalificação dos espaços. Cai a máscara uma vez mais ao Partido Socialista no executivo municipal. -----

O Centro Tecnológico de Manutenção prometido pelo PS continua sem nascer, as novas atividades de cariz tecnológico a mesma coisa. A ligação da zona industrial ao parque de contentores continua desaparecida. A criação da incubadora de empresas foi um ar que se lhe deu, matando-se ao mesmo tempo o centro empresarial cuja atividade é praticamente nula. -----

O fórum anual de educação local nunca ninguém o viu, o contributo para o desenvolvimento e a divulgação do Museu Nacional Ferroviário é tão vago que nem a sinalética ainda o inclui, quanto mais fora do concelho. A feira anual de juventude nunca nasceu, os jogos desportivos municipais não sabemos em que gaveta os arrumaram, o guia anual de oferta desportiva da cidade também não foi criado, tal como o portal do movimento associativo que também ainda deve estar oculto num qualquer servidor à espera de nascer lá mais perto das eleições, quiçá por um orçamento participativo municipal que ninguém sabe o que é onde o PS o arrumou bem arrumadinho. -----

Resumindo, são 18 milhões 291 mil 355 euros, bem平衡eados entre despesa e receita que mais não são do que um exercício contabilístico de deve e haver, num arranque tardio e para colmatar o congelamento dos últimos três anos de falta de vida da cidade. -----

O PSD está hoje como sempre esteve, nos órgãos autárquicos para fiscalizar o executivo em defesa dos cidadãos da nossa cidade, aqui no executivo e na Assembleia Municipal, não para abanar com a cabeça dizendo que concorda

meramente porque partidariamente assim lhe dizem para fazer. Continuaremos a defender a cidade desta política que tem dado frutos: falta de limpeza, de segurança e de qualidade de vida.” -----

Referiu o senhor **Presidente da Assembleia**: “Aproveito para dizer aos senhores deputados que fizeram intervenções escritas, o favor de as enviar por mail aos serviços da assembleia municipal, porque uma vez que as nossas atas são verdadeiras transcrições do que aqui é dito, torna-se mais fácil a elaboração da ata.” -----

Prosseguiu **Carla Roma**: “Posição do Bloco de Esquerda acerca do Orçamento e GOP do Município do Entroncamento para o exercício de 2017: -----

Relativamente à apreciação do orçamento para 2017 e do documento que o suporta gostaríamos de tecer algumas considerações que refletem a análise que conduziu à nossa decisão sobre a proposta que nos é apresentada e que fundamenta o nosso sentido de voto: -----

Começamos por destacar os aspectos positivos: -----

Valorizamos o esforço de rigor que é feito nos documentos em análise, rigor que se estende ao controlo orçamental, que permite manter um endividamento em nível aceitável, adequado à realidade, sem limitar drasticamente a capacidade de endividamento do município. -----

No que diz respeito às **receitas** revemo-nos na adoção de uma taxa do IMI mais baixa para prédios urbanos (0,35%), em linha com o que o BE havia proposto no ano passado. Há que prosseguir a redução da taxa, sem abdicar das majorações possíveis para prédios degradados ou abandonados. Uma nota, contudo, para o nosso desacordo com o desconto do IMI para famílias numerosas, uma medida no nosso entender poderá introduzir injustiça fiscal para as famílias. Como já aqui afirmámos a justiça fiscal deve fazer-se através de um IRS, progressivo e tendencialmente mais justo. -----

No que há derrama diz respeito continuamos a não aceitar que a progressividade fique dependente da criação líquida de emprego, medida que consideramos ser uma manobra propagandística que não cola à vida concreta e que como podemos verificar pelos anos anteriores nunca beneficia ninguém. -----

Quanto aos **investimentos**: lamentamos a ausência de orçamento participativo, como tem vindo a ser proposto pelo BE nos anos anteriores e que constava da proposta de programa do PS. Trata-se de uma prática que vai fazendo caminho em municípios vizinhos (Torres Novas com uma verba de 21.000 €, sendo que 10.000,00 € do seu orçamento será para implementar os projetos dos jovens; Tomar 100 mil euros, Abrantes...). Uma boa prática que contribui para enriquecer os processos democráticos, que aproxima os cidadãos dos eleitos, que em conjunto procuram as melhores soluções para as suas cidades, para o bem comum, com base nos recursos disponíveis. Que envolve as pessoas e contribui para uma participação cívica, responsável e inclusiva e ao mesmo tempo aumenta a transparência da atividade da autarquia. Tão importante quando se verifica um afastamento dos cidadãos da vida política. Não se comprehende, portanto, que nesta fase do seu mandato, o PS não tenha dado um único passo no sentido de cumprir o seu compromisso eleitoral. -----

Mas registamos com agrado a recuperação do cineteatro S. João, com a verba de que lhe é atribuída, lamentamos, contudo, o quase vazio a que fica destinada a restante rubrica da cultura. -----

Apreciamos também a iniciativa de **requalificação do mercado diário** embora consideramos que este último mereceria outro tipo de abordagem, mais global, a par da reabilitação física que apenas permite antever a continuidade do projeto atual de mercado diário. Consideramos que este projeto mereceria uma intervenção que

permitisse uma outra dinamização do espaço que ajudasse a criar mais vida ao centro da cidade, associando à sua atual função a criação por exemplo, de espaços de restauração e espaços culturais. -----

É com agrado que registamos também a inclusão dos projetos da ciclovia na freguesia de S. João Baptista, a melhoria de desempenho energético e a recuperação do Bairro da Rua Humberto Delgado, e a requalificação de espaços verdes, pela importância dos múltiplos benefícios que lhe estão associados quer ao nível da manutenção da funcionalidade ecológica da paisagem urbana e consequentemente o bem-estar físico e psicológico da população urbana. -----

Lamentamos, contudo, que no que toca a alguns dos projetos incluídos neste orçamento, os restantes partidos não tenham sido convidados a apresentar as suas sugestões ou ideias. Consideramos que a discussão de propostas e opções seriam benéficas para o município. E não deixamos de assinalar o que nos separa de algumas das opções tomadas por este orçamento: -----

Lamentamos a ausência de soluções para o Bairro e para a Escola Camões e Bairro Frederico Ulrich, sobretudo quando em 2013 o PS também fazia deles a sua campanha, exibindo inclusivamente cartazes que anunciavam a sua pretensão de valorizar património e bairros ferroviários! Aposto que o BE vem defendendo ao longo dos anos. Destacamos também lamentavelmente a ausência de verba para a construção de uma nova Biblioteca pública, digna desse nome e que responda aos desafios atuais e que seja fomentadora de cultura no Entroncamento e a ausência do projeto das hortas municipais, pareceu dar sinais de avanço, mas de que não se ouve mais falar. -----

Já no que toca à ação social este orçamento é uma desilusão: -----

Persiste uma lógica assistencialista e uma total ausência de estratégia no que à ação social diz respeito. Um conjunto de ações pontuais e avulsas, inconsequentes e que contribuem muito pouco para a resolução dos problemas concretos da vida das pessoas.

Ainda no que diz respeito à ação social ou mais concretamente à falta dela vejamos o caso dos apoios destinados à habitação: O problema do défice de habitação prossegue e com ele a ausência de respostas eficazes. Reconhecemos que na atual conjuntura será muito difícil mobilizar verba para o investimento em nova habitação social. Mas já aqui apresentamos a proposta de apoio ao arrendamento de habitação, por famílias temporariamente necessitadas. Um mecanismo com dotação financeira compatível com o orçamento e que apoiaria temporariamente famílias em dificuldades. Incompreensivelmente, esta nossa proposta continua a não ser acolhida, e não se vislumbram outras porventura melhores e o problema persiste. -----

Portanto, estes documentos previsionais têm rigor, dão alguns passos no nosso entender positivos, mas no nosso entender isto é curto e este orçamento, apesar das condicionantes financeiras, poderia incluir outro nível de participação ir mais longe e abrir caminho a outras opções. Iremos por isso abster-nos.” -----

Referiu **Fernanda Alves**: “Não me vou alongar muito, até porque a minha colega de bancada já falou sobre os aspetos deste orçamento. -----

Queria no entanto, tecer algumas considerações sobre aquilo que ouvi aqui, vindo da bancada do PSD. -----

Um texto bem interessante, bem redigido, falou em determinada altura sobre o aumento da dívida, fiquei bastante surpreendida vindo da parte de quem vem, quando de facto, este município encontrou uma dívida que já aqui debatemos diversas vezes proveniente do mandato anterior. -----

Depois ouvi a palavra “fraude”, não me apercebi dessa “fraude”, mas gostaria que o senhor deputado pudesse explicar melhor a questão da “fraude”. -----

Falou aqui também sobre a questão da PSP, dos Bairros, do edifício Camões, eu vivo no Entroncamento há 15 anos e há 30 anos que passo junto a estes bairros e estão na mesma, o anterior executivo esteve mais tempo em funções, fico satisfeita por ver que o senhor deputado, pensa que este executivo em quatro anos poderia fazer aquilo que o outro não fez em tanto tempo. -----

De qualquer forma, quero-me congratular com este orçamento, pena é e tenho a certeza que o executivo assim pensa, em não conseguir avançar mais, não foi possível, até pelas questões do bloqueio que houve aos fundos comunitários, que curiosamente foi o PSD que enquanto governo que não fez o seu trabalho devidamente para que esses dinheiros fossem desbloqueados a tempo e horas para que os investimentos fossem colocados à disposição das câmaras, não só a câmara do Entroncamento e as outras ao longo do país. -----

Fico satisfeita por ver que o executivo esteve atento e desejoso que esse desbloqueio viesse, para incluir algumas obras e investimentos ambiciosos para o nosso Entroncamento, pena é que venham tarde. -----

Lamento algumas considerações que foram aqui feitas compreendendo outras e dou os parabéns pelas boas práticas de gestão financeira que está a ser feita neste executivo.” -----

António Ferreira referiu: “Todas as forças políticas foram convocadas para dar os seus contributos para o orçamento. -----

Quero dizer que nós fomos chamados a dar a nossa contribuição para este documento numa hora, nessa hora estivemos $\frac{3}{4}$ de hora a discutir o loteamento que foi aqui apresentado pela senhora e tivemos $\frac{1}{4}$ de hora em que nos foi apresentado um mapa, os primeiros dados que nós tínhamos sobre o orçamento. Nós não precisamos de dar contributos, se os dados são aqueles que nos foram presentes, não precisávamos de dar contributos, deviam ter-nos chegado uma folha excel previamente com alguns dados para nós podermos atuar sobre isso. -----

De facto, os nossos contributos do primeiro orçamento, ainda continuam por realizar, os nossos contributos no executivo, são dados periodicamente e alguns deles tiveram valor e damos como exemplo a questão do PAEL que era possível fontes de financiamento mais baratas do que aquelas que o Estado tinha proposto. -----

Isto de facto é um orçamento do PS local com um lema “Para as pessoas” o nosso lema e projeto autárquico do PCP e dos “Verdes” também, é o projeto autárquico “Com as pessoas” com a participação das pessoas em todas as áreas. -----

Queria realçar algumas questões: -----

Serviços/Pessoal, nos últimos anos temos verificado um aumento do recurso aos serviços externos, torna-se preocupante porque os serviços que nós recorremos ao nível externo, neste momento estão quase a ultrapassar os custos de tempo com pessoal e isto tem consequências para a nossa atividade no concelho e tem consequências para as nossas capacidades em termos de formação técnica em determinadas áreas específicas. –

Destaco as áreas operacionais com falta de capacidade e falta de recursos humanos neste momento e é há vários anos assim, o que nos impede de prestar determinados serviços com qualidade à população e depois, apagam-se os fogos recorrendo a empresas exteriores como se os serviços fossem mais baratos, são talvez no imediato, mas depois ao longo dos anos tornam-se mais caros. -----

Os municípios e já o tenho dito aqui, com o mesmo dinheiro, fazem mais, melhor e mais económico, desde que sejam bem geridos em termos políticos e em termos técnicos, se nós estamos a desfazer os técnicos e a reduzir o pessoal e em termos políticos temos dificuldade em gerir essas áreas, temos um problema de futuro. -----

Em relação às escolas, especificamente aparece aqui a questão do pavilhão, é má prática aquilo que se está a passar no pavilhão da escola Dr. Ruy D'Andrade, nós não nos podemos subjugar ao Poder Central, o erro vem do passado em que aceitamos as competências nessa área na transferência para o município e continuamos subjugados àquilo que nos impõem, neste caso, 80% de fundos comunitários e os restantes 20% uma parte do Estado e outra parte da autarquia, isto não era uma competência a nível nacional ?-----

Há funcionários nas escolas municipais que hoje têm um problema, que é a dualidade de competências em termos por exemplo no sistema da saúde de alguns funcionários, nem são do sistema ADSE das câmaras, nem são do sistema do Estado, ou seja, nem estão num lado, nem estão no outro. -----

Por outro lado, o grande problema que existe em todo o país e aqui na Escola Dr. Ruy D'Andrade verificamos isso, a falta de pessoal operacional para garantir a segurança das crianças, a responsabilidade aqui é da câmara. -----

Estamos perfeitamente de acordo com o empréstimo a curto prazo, embora ele venha no ponto a seguir, em termos de orçamento tem que ser pago até ao final do ano.

Redução de 5% de apoio às coletividades, nós cessamos os nossos compromissos com o PAEL, já nos foi dito aqui que existem pareceres que nos obrigam aqueles compromissos que foram feitos com o PAEL, ainda não nos foram entregues os tais pareceres para podermos avaliar, de ano para ano, as associações deixam de ter 5% dos apoios. Faz parte da autonomia das câmaras e devem ser elas a dizer se dão apoio ou não às associações, não é mandar para cima do PAEL as responsabilidades. -----

Em relação aos jardins, equipamentos, limpezas, nós vemos com apreensão, aliás, a primeira proposta que fizemos ao orçamento, e consideramos que não foi posta em prática e ainda está válida, a nossa grande preocupação era as áreas verdes e os jardins. No orçamento não há suficiente dotação para essas áreas e vamos correr atrás do prejuízo com aquilo que aconteceu anteriormente que é arranjar dinheiro daqui e de acolá para pagar máquinas que são indispensáveis e que se deixaram degradar de tal forma, que neste momento não funcionam. -----

Nós vamos votar favoravelmente este orçamento e não vai ser por causa do IMI, mas sim, porque entendemos que dentro das restrições que nos são impostas há alguma melhoria, em termos de endividamento, em termos dos principais indicadores e também estamos de acordo com a baixa do IMI. -----

Tudo aquilo que foi dito aqui pelo senhor Presidente da Câmara, é uma perfeita mentira, porque nós de facto não votámos contra aquele ponto por causa do IMI e inclusivamente aquilo que foi colocado por tudo o que é comunicação social e Facebook, nós somos a favor da redução do IMI às populações, desde que os municípios tenham capacidade para o fazer. Não podemos permitir é que se criem injustiças que tem a ver com o benefício de 93 famílias. -----

Na aprovação do Orçamento de Estado, em termos de abono de família essa situação houve evolução positiva no apoio às famílias através do abono de família para as crianças, isso sim, é fundamental e nos apoios aos livros, que tiveram o empenho por parte do PCP e de outras forças políticas. -----

Quando é para benefício da população nós não olhamos se é com uns se é com outros, queremos é que sejam envolvidos os direitos às populações e que haja condições para as famílias poderem educar as suas crianças em termos futuros neste país.” -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO TRÊS

O ponto número três “Orçamento para 2017 e Grandes Opções do Plano para o Período de 2017/2010, Mapas de Pessoal e Opção Gestionária para 2017 e

Regulamento de Execução do Orçamento”, foi aprovado por maioria, com quinze votos a favor, sendo nove votos do Partido Socialista, três votos da Coligação Democrática Unitária, um voto do Centro Democrático Social e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia, três abstenções do Bloco de Esquerda e cinco votos contra do Partido Social Democrata. -----

PONTO NÚMERO QUATRO -----

EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO PARA O ANO DE 2017, ATÉ 500.000,00 EUROS -----

Atendendo a que nenhum membro quisesse intervir, o senhor Presidente da Assembleia, colocou o ponto numero quatro à votação. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO QUATRO -----

O ponto número quatro “**Empréstimo de Curto Prazo para o ano de 2017, até 5000.000,00 euros**”, foi aprovado por maioria, com dezoito votos a favor, sendo nove votos do Partido Socialista, três votos da Coligação Democrática Unitária, três votos do Bloco de Esquerda um voto do Centro Democrático Social e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia e cinco votos contra do Partido Social Democrata. –

PONTO NÚMERO CINCO -----

PROJETO DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO MUNICIPAL DE AFIXAÇÃO E INSCRIÇÃO DE PUBLICIDADE E OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO, BEM COMO O PROJETO DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO E À TABELA DE TAXAS E LICENÇAS NÃO URBANÍSTICAS -----

Pedi a palavra **José Baptista**: “Este ponto da ordem dos trabalhos é relevante à sociedade, tal como os outros, porque demonstra a necessidade de organizar e dar informação a quem vive cá no dia-a-dia e a quem nos visita, quer a informação direcional dos vários espaços dentro do concelho, que está alguma dela desatualizada há alguns anos, quer a informação turística que não existe, quer a informação da zona industrial que também não existe e que os proprietários vêm reclamando há muito tempo e, portanto, é um ponto positivo claramente alterar este regulamento e fazer-se esta modificação que é necessária. -----

Quando nós propomos um regulamento como este, que já foi trabalhado na câmara, foi trabalhado pelos serviços, está há meses em trabalho dentro deste edifício, temos que nos lembrar que não podemos ao mesmo tempo que estamos a fazer o regulamento para delimitar a forma como é feita a publicidade por exemplo dos espaços comerciais do concelho, permitir que a publicidade dentro da cidade seja feita da forma de quase de vandalismo, como foi nesta cidade nas últimas semanas. -----

Estivemos há pouco tempo uma inauguração de uma superfície comercial que veio dar emprego a 59 pessoas, é bom que tenha sido cá e que o espaço cá esteja, isso não dá direito a ninguém de pintar uma avenida inteira das suas cores comerciais, ou bem que o município se faz valer muito bem daquilo, ou não se percebe como é que a Avenida Doutor José Eduardo Victor das Neves estava pintada com a marca do respetivo espaço comercial de cima até abaixo, em tudo o que era poste, árvore. -----

Este assunto foi na semana da inauguração, passadas estas semanas, a cidade não tem só placas dessa entidade comercial, agora tem placas de todas as que existem cá, porque todos perceberam que se os outros podem pôr, nós também podemos. -----

Ou bem que houve uma autorização do município grande, para se puder pôr placas em tudo o que é sítio nesta terra, ou bem que todos têm que cumprir. -----

Para quem não percebeu do que estamos a falar, nós temos algumas fotografias para verem, acho que toda a gente aqui ando por aí, há uma a mim que me deixa mais constrangido, que é a do depósito da água, que teve uma tarja do Continente em cima a

toda a sua dimensão, quem é que autorizou isto? Foi o senhor Vereador, foi o senhor Presidente? Quanto é que pagaram? Quanto é que foram as taxas? As taxas que pagaram valem isto? Já espero tudo senhor Presidente, até que o Tony Carreira venha encerrar as Festas em agradecimento do Continente. -----

Este regulamento tem que ser aprovado, disso não haja dúvida, mas a postura do município a deixar que isto ande pela cidade sem exercer um controlo eficaz e a permitir que estas coisas continuem, realmente não é muito difícil transformar a cidade na balbúrdia que ela se tem visto nos últimos tempos.” -----

Intervenção **Fátima Roldão**: “Em relação ao regulamento e como nós vimos na nota justificativa já é um regulamento com 13 anos. -----

Neste momento tratou-se de se fazer um conjunto de alterações e ajustamentos, alguns de acordo com o quadro atual vigente, outros ajustamentos de pormenor de forma a dar mais eficácia e clareza nalguns pontos e também algumas atualizações. -----

Parece-nos que a situação é pacífica, iremos aprovar o regulamento, contudo, também tínhamos esta mesma ressalva a colocar, que foi agora devidamente explicitada.

Também gostaríamos de saber, porque no regulamento no final é referido que foi introduzida uma secção a XXVII, relativa à sinalização através de placas direcionais com o objetivo de disponibilizar aos agentes económicos com estabelecimento no concelho a possibilidade de indicarem a localização dos respetivos estabelecimentos, refere-se que foi agora introduzida. -----

Questionamos também, se toda esta sinalética, que também achamos abusiva e que cria um imenso ruído visual na cidade, para além de alguma confusão dos próprios utilizadores e consumidores, se já foi autorizada ao abrigo deste regulamento ou do anterior, nós colocamos muitas dúvidas até quanto isto é legítimo e aceitável. -----

Gostaríamos que isso fosse esclarecido independente de acharmos que o regulamento tecnicamente é correto, mas temos aqui esta situação nova que de facto nos preocupa.” -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO CINCO

O ponto número cinco “Projeto de Alteração ao Regulamento Municipal de Afixação e Inscrição de Publicidade e Ocupação do Espaço Público, bem como o Projeto ao Regulamento e à Tabela de Taxas e Licenças não Urbanísticas”, foi aprovado por unanimidade, com vinte e três votos, sendo nove votos do Partido Socialista, cinco votos do Partido Social Democrata, três votos da Coligação Democrática Unitária, três votos do Bloco de Esquerda um voto do Centro Democrático Social e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

PONTO NÚMERO SEIS

APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO

Pedi a palavra **Fernanda Lopes**: A bancada do PS destaca da informação do Senhor Presidente da Câmara relativo a atividades municipais que decorreram desde a última A.M. destacamos a Proteção civil. -----

A 22 de outubro elementos do Serviço Municipal Proteção Civil do Entroncamento fazem formação sobre incêndios urbanos, integrados nas equipas dos Bombeiros Voluntário Entroncamento. -----

A cinco de novembro um grupo de funcionários do Serviço Municipal Proteção Civil Entroncamento assim como o vereador Carlos Amaro deslocaram-se ao Serviço Municipal Proteção Civil de Ourém a fim de conhecerem as instalações e participarem numa reunião de trabalho onde trocaram conhecimentos e experiências da área da

proteção civil de dois concelhos com realidades bem diferentes, mas com os mesmos objetivos. -----

A oito de novembro existiu uma reunião preparativa para o exercício a realizar no próximo dia 19 novembro de 2016 no Lar dos Ferroviários do Entroncamento. -----

No dia 19 de novembro – Houve um Simulacro nas instalações do Lar dos Ferroviários no Entroncamento, teve início no Salão de cabeleireiro. ----- Estiveram presentes os Bombeiros Voluntários do Entroncamento, a Polícia de Segurança Pública – Esquadra do Entroncamento e os Serviços de Proteção Civil do Entroncamento e Ourém, deslocaram-se ao local um total de 8 viaturas, 2 motociclos e 29 elementos onde colocaram em ação as operações de socorro, analisaram o acidente e a sua extensão, planearam a estratégia de ação, estabelecendo objetivos e definindo prioridades, assegurando o socorro e salvamento das vítimas. ----- Houve um excelente trabalho de colaboração de todos os utentes, funcionários, responsável e delegados de segurança do Lar dos Ferroviários. --Esta ação teve como objetivos: testar o Plano Prévio de Intervenção (do Lar Ferroviário), a rotina dos procedimentos de atuação dos seus elementos de segurança interna, bem como a sua articulação com os elementos das forças de socorro e segurança quando da sua intervenção, treinar a operacionalidade dos procedimentos de evacuação previstos e testar o sistema automático de deteção de incêndio.” -----

Interveio **Pedro Gonçalves**: “Já alertei pessoalmente o senhor vereador, já alertei a diretora da escola EB2/3 Doutor Ruy D’Andrade, mas qualquer podemos ter um grande dissabor naquela escola. -----

O sistema automático de deteção de incêndio não funciona, está desligado e todos os detetores estão cobertos com a tampa técnica. -----

Para além de outros problemas de segurança que se tem vindo a registar naquela escola, queria que o senhor Presidente da Câmara tomasse nota deste assunto e o pudesse resolver o mais rápido possível, estamos a falar de uma população de 700 alunos que não têm um sistema automático de deteção de incêndio, se houver algum incendio naquela escola, só quando os Bombeiros chegarem é que o outro lado da escola irá saber. -----

É preocupante, é grave, quando a escola abriu devia estar automaticamente a trabalhar, não estando, estamos a incorrer em grave infração à lei e estamos a pôr em risco as nossas crianças.” -----

Referiu o senhor **Presidente da Assembleia**: “Não havendo mais intervenções e porque ao longo desta assembleia algumas questões foram suscitadas ao executivo, dou a palavra ao senhor Presidente da Câmara, sabendo que ele, como costumo dizer, um professor, e como um bom professor saberá explicar as dúvidas que aqui foram colocadas.” -----

Respondeu o senhor **Presidente da Câmara**: “Depois desta longa noite de debate, estamos todos provavelmente cansados e vou tentar ser breve na minha intervenção. -----

Queria saudar o candidato Pedro Gonçalves que se apresentou como candidato à Presidência da Câmara, e já agora, é uma pessoa que temos vindo a apreciar o comportamento e as intervenções, sugeria-lhe que tente resistir ao populismo barato, porque vale mais a intervenção séria que tem tido, do que esse populismo barato, este é um comentário com a amizade que nós já desenvolvemos. -----

O senhor Rui Bragança, colocou três ou quatro questões, devo dizer que algumas delas estão a ser alvo de avaliação e vão ser intervencionadas rapidamente. -----

Referiu também a questão do acesso ao prédio onde reside, obviamente que estamos atentos, o que é lamentável é que aquele prédio tenha sido autorizado nas condições em que foi e por todos os habitantes que lá estão e pela cidade, nós não iremos permitir que haja qualquer interferência no livre acesso ao prédio, como aliás, o que aconteceu foi uma situação muito pontual e o Rui sabe, que logo que tivemos conhecimento intervimos e repusemos a situação. -----

Relativamente à questão dos ecopontos, também já fizemos essa avaliação, em princípio vão ser afastados do passeio para melhorar a visibilidade. São pormenores que nós agradecemos e são sempre bem-vindos. -----

Relativamente à intervenção do senhor deputado António Ferreira, confesso que tenho tido alguma dificuldade em percebe-lo, porque ultimamente tem tido um nível, confesso, se for falta de informação, estamos sempre disponíveis para lhe prestar a informação que pretender, em qualquer dia e hora, basta contactar-nos pelas formas que entender, que nós prestaremos toda e qualquer informação solicitada. -----

Seria bom, que isso contribuísse para evitar insinuações que penso que são baixas, porque a informação que tenho, é que se cumpre rigorosamente a lei nesta câmara, se houver alguma situação que o senhor conheça em concreto, faça o favor de transmitir por escrito, porque logo de imediato nós tomaremos as atitudes devidas. -----

Outra coisa, são opiniões ou são insinuações e isso nós não gostaríamos porque o senhor António Ferreira pelo respeito que nos merece. -----

Sei que ficou muito desagradado, com a posição que tomou e não foi capaz de digerir a posição que tomou relativamente à aprovação do IMI, mas isso é um problema seu senhor deputado, é um problema que tem a ver com o debate político e era a altura de o senhor, se calhar, esquecer essa situação e perceber que há outras pessoas com outras visões e é nessa multiplicidade que nós devemos respeitar. -----

Relativamente à intervenção do senhor Mário Rodrigues, só tenho de fazer dois comentários. -----

O primeiro, é dar-lhe os parabéns pelo seu texto. -----

O segundo, é pedir-lhe desculpa porque de facto não obteve uma resposta do executivo, porque pretendia fazê-lo pessoalmente, mas depois as coisas foram-se passando, peço desculpa, tem toda a razão em chamar à atenção, foi um lapso nosso e por esse facto, espero que continue a ter razões para nós podermos mandar os parabéns e espero que da próxima vez nós não tenhamos essa falha.” -----

Neste momento o senhor **Mário Rodrigues** pediu autorização para intervir, afirmindo que é o terceiro ano consecutivo que não obtém resposta do senhor Presidente da Câmara. -----

Continuou o senhor **Presidente da Câmara**: “Relativamente às duas intervenções acerca da informação do Presidente, achei interessante o realce pela bancada do PS em relação à Proteção Civil, não pelo facto em si, mas pela atividade que a Proteção Civil tem no nosso concelho, pelo respeito que tem conseguido em outros concelhos e pelo contributo que tem dado para a segurança na nossa cidade, e por exemplo, pelo trabalho inexcedível que desenvolveu durante todo o verão, que é um trabalho que não se vê facilmente, na prevenção, deteção e no contributo que tem dado para as outras autoridades. -----

Quanto à questão levantada pelo Pedro Gonçalves relativamente à escola Doutor Ruy D'Andrade, a informação que temos, é que o plano de segurança e todos os investimentos que foram feitos com o plano de segurança, foram aprovados pelas respetivas instituições. -----

Se o senhor deputado Pedro Gonçalves tem alguma informação que não esteja em conformidade, mande-nos um email para podermos avaliarmos e obviamente que são bem-vindas essas informações. -----

Relativamente ao resto das informações que aqui prestamos, mais uma vez, só queria dizer que o nosso trabalho fala por nós, temos procurado cumprir aquilo que foram os nossos compromissos, cumpri-los de acordo com as possibilidades que nós fomos criando porque elas eram muito difíceis no início e realçar o aspetto que o Pedro Gonçalves falou, este orçamento para além do que já foi aqui referido, mantendo a senda do rigor, a senda da redução da dívida, a senda de honrar os compromissos, vamos fazendo esforços e dando bases para melhorar os apoios à educação, à área social, etc. -----

Era isto que queria partilhar convosco, desejo a todo um Bom Natal, Boas Festas e um Feliz Ano Novo.” -----

Pedi a palavra **António Ferreira**: “O senhor Presidente da Câmara mais uma vez faz acusações e não se vai ao concreto qual é a falta de informação que eu tenho, se é sobre a questão dos trabalhadores, eu tenho os dois ofícios que foram enviados para a câmara, portanto, não é falta de informação.” -----

Referiu o senhor **Presidente da Assembleia**: “Senhor Presidente Jorge Faria, o Presidente desta Assembleia sou eu, este é o órgão deliberativo, o executivo está aqui para dar explicações que são suscitadas, o senhor Presidente tem a obrigação e o dever de responder se quiser e achar oportuno às questões que são levantadas pelos membros desta assembleia. -----

Efetivamente, foram colocadas aqui algumas questões, o senhor Presidente não as aflorou na abordagem que fez com os senhores deputados, eu não posso fazer nada, foi uma opção do senhor Presidente, mas aqui fica, obviamente, relembrado que nomeadamente esta questão dos trabalhadores foi uma questão aqui aflorada, o senhor Presidente a ela não se quis pronunciar.” -----

Respondeu o senhor **Presidente da Câmara**: “O senhor não ouviu aquilo que eu disse. -----

Eu disse claramente ao senhor António Ferreira que do meu conhecimento não há qualquer situação de incumprimento da lei. -----

Se o senhor António Ferreira tem algum conhecimento, que me mande um email para nós de imediato tomarmos providências. -----

Penso que fui claro senhor Presidente da Assembleia Municipal, o senhor António Ferreira também não referiu nenhum nome para eu poder debater e mesmo que referisse, não tenho conhecimento da situação dos 311 funcionários da nossa autarquia, nem dos 365 dias de trabalho. -----

Já agora, gostava que ficasse claro, das duas uma, ou temos um modelo, em que o Presidente como era tradicional, é o último a encerrar, ou o senhor diz que não é esse o modelo, eu acatarei o modelo e faremos em conformidade, mas então, fala o deputado, fala o presidente, fala o deputado e saímos daqui às 5 da manhã.” -----

Referiu o senhor **Presidente da Assembleia**: “Não precisamos de sair às 5 da manhã, o modelo sou eu que o defino. -----

O que era histórico não tem que ser respeitado, este modelo é o modelo que é definido e não precisamos de ficar até às 5 da manhã, desde que de uma forma sincera, nos possamos respeitar e questionar. -----

Agradeço que o senhor deputado António Ferreira coloque por escrito as questões e informe a assembleia para a assembleia colocar por escrito ao executivo para

haver uma resposta a este assunto, já que presencialmente não foi possível haver uma resposta.” -----

Pedi a palavra **José Baptista**: “A Assembleia Municipal é o órgão com legitimidade para perguntar ao executivo sempre que entender, todas as dúvidas que tenha. -----

Portanto, a bancada do Partido Social Democrata, tal como creio, todas as outras, têm reconhecido que o senhor Presidente da Assembleia deu hipótese ao senhor Presidente da Câmara de responder e o senhor Presidente da Câmara não respondeu a quase nenhuma pergunta que lhe foi feita. -----

Da bancada do PSD referiu-se a duas situações da Avenida Doutor José Eduardo Victor das Neves, e, portanto, o desrespeito do executivo dos vereadores do Partido Socialista, que abandonam neste momento a sala de sessões, mostram o respeito que o Partido Socialista tem pelo poder local e pelos órgãos autárquicos. -----

Senhor Presidente da Assembleia, obrigado pela responsabilidade como está a conduzir esta sessão.” -----

Interveio **Manuel Martins**: “Realmente concordo que o senhor António Ferreira colocou uma questão e que o senhor Presidente da Câmara poderia, caso quisesse, ter respondido. -----

Não percebo porque é que esta intervenção do senhor José Miguel Baptista aconteceu, porque agora poderíamos todos pedir a palavra e nunca mais daqui saímos. -----

É certo que o senhor José Miguel Baptista colocou as questões que entendeu, não podemos obrigar o senhor Presidente da Câmara a responder.” -----

O senhor **Presidente da Assembleia** referiu: “Que fique claro o meu entendimento em relação aos poderes autárquicos. -----

A Assembleia é o órgão fiscalizador do executivo, tem toda a liberdade, toda a obrigação de questionar o executivo sobre aquilo que entender e tem a ver com a política que está a ser desenvolvida. -----

Efetivamente foram colocadas questões, o senhor Presidente respondeu às questões que entendeu dever responder, algumas questões, nomeadamente as dos trabalhadores, questões que os senhores acham pertinentes que foram colocadas e não respondidas, agradeço que o façam por escrito para que a assembleia envie ao executivo para obter a resposta. -----

Como devem imaginar, eu não tenho a possibilidade de responder pelo senhor Presidente da Câmara, não posso obrigar que o senhor Presidente da Câmara responda, limito-me a dar a faculdade que coloquem as questões e que o executivo possa responder. Penso que é isto o papel de um Presidente da Assembleia. -----

Duas coisas para terminar. -----

Agradecer a vossa paciência e dizer-vos que penso que o senhor Presidente da Câmara terá convidado a todos, para uma reunião de esclarecimento sobre o PDM em revisão, no dia 5 de dezembro, às 18 horas. -----

Nós que criticamos muitas vezes as políticas urbanísticas e o PDM que agora está em revisão e numa fase importante, é importante que nós possamos cá estar e dar o contributo em relação ao PDM. -----

O outro assunto, é desejar a todos vós, umas Boas Festas e um Santo Natal.”

Nada mais havendo a tratar, o Senhor **Presidente da Assembleia**, deu por encerrada a sessão quando era zero hora e trinta minutos, do dia um de dezembro. -----

A presente ata, depois de lida e visada pela Primeira Secretaria, vai por ela ser assinada e pelos restantes membros da Mesa. -----

O Presidente da Assembleia:

A 1^a. Secretaria:

A 2^a Secretaria: